

**Cristina Isabel Ponce Alho Saúde Rosário**

**Uma intervenção oitocentista no  
Convento do Carmo de Vidigueira**

**Análise histórico-arquitectónica**

**Bases para uma proposta de conservação do conjunto edificado**



**Orientador: Professor Doutor Eng. Fernando Henriques**

**Dissertação de Mestrado em**

**Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico**

**Universidade de Évora 1999**

Cristina Isabel Ponce Alho Saúde Rosário

**Uma intervenção oitocentista no  
Convento do Carmo de Vidigueira**

*Análise histórico-arquitectónica*

*Bases para uma proposta de conservação do conjunto edificado*



120 805-

Orientador: Professor Doutor Eng. Fernando Henriques

Dissertação de Mestrado em  
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora

1999

## **Agradecimentos**

Quero deixar expressos os meus sinceros agradecimentos a algumas entidades, cujo contributo foi precioso na elaboração deste trabalho:

- Professor Doutor Eng. Fernando Henriques, pela orientação da dissertação de mestrado;
- Professor Doutor Arq. Virgolino Ferreira Jorge, pela disponibilidade e duto aconselhamento na elaboração desta tese;
- Aos meus Pais, pelo trabalho de revisão dos textos;
- Sra. D. Maria Helena da Cunha Sampaio Paes d'Almeida e Filhas, pela colaboração e disponibilidade sempre prestadas;
- Sra. D. Maria Celeste Figueiredo Teixeira, pelo trabalho de paleografia de documentos do Arquivo Distrital de Beja;
- Sérgio Alexandre Doutor, pelo trabalho de levantamento e registo gráfico do imóvel;
- Professor Doutor José Mateus, pela disponibilidade na obtenção de fotografias aéreas do Centro Nacional de Informação Geográfica.

## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	7
<b>I Parte - Análise histórico – arquitectónica</b> .....	7
<b>1. Análise histórica</b> .....	10
1.1. Contexto histórico de Quinhentos .....	10
1.2. Contexto histórico de Oitocentos .....	15
1.2.1. Panorama geral .....	15
1.2.2. Enquadramento cultural nacional .....	18
1.3. Da fundação à extinção do convento .....	25
<b>2. Análise arquitectónica</b> .....	29
2.1. Situação e sítio .....	29
2.2. Planta e alçados .....	40
2.2.1. Leitura geral do conjunto edificado .....	43
2.2.2. Espaços e sua função .....	48
2.3. Materiais e técnicas de construção .....	57
2.3.1. Fundações .....	59
2.3.2. Pavimentos .....	59
2.3.3. Escadas .....	59
2.3.4. Paredes .....	59
2.3.4.1. Alvenarias .....	61
2.3.4.2. Argamassas .....	62
2.3.4.3. Acabamentos .....	62
2.3.5. Cunhais .....	63
2.3.6. Contrafortes .....	63
2.3.7. Colunas e pilastras .....	64
2.3.8. Vãos: portas e janelas .....	64
2.3.9. Abóbadas e coberturas .....	66
2.3.10. Elementos ornamentais .....	68
2.4. Campanhas de obras e outras intervenções .....	72
2.5. Análise formal do conjunto edificado .....	76
2.6. Considerações .....	98

<b>II Parte: Bases para uma proposta de conservação do Convento do Carmo</b>	<b>101</b>
<b>3. Levantamento do estado de conservação</b>	<b>101</b>
3.1. Metodologia	101
3.2. Registo do estado de conservação	103
3.3. Avaliação das alterações identificadas	111
3.3.1. Alvenarias, rebocos, estuques e pinturas	111
3.3.2. Madeiras	140
3.3.3. Materiais pétreos	145
<b>4. Indicações metodológicas de recuperação do convento</b>	<b>166</b>
4.1. Critérios gerais de intervenção em monumentos	166
4.2. Bases para a conservação do conjunto edificado	170
4.3. Soluções de reparação e manutenção adequadas	171
4.3.1. Alvenarias, rebocos, estuques e pinturas	171
4.3.2. Madeiras	173
4.3.3. Materiais pétreos	173
<b>Algumas conclusões gerais</b>	<b>175</b>

#### **Anexos documentais**

#### **Bibliografia**

*À Regra Carmelitana*  
SONETO

*Aquelle nobre espirito inflammado,  
Nos dous grandes Profétas infundido,  
Se em Alberto não foy reproduzido,  
Está nos seus dictames transmigrado.*

*Quem não defenderá (tendo o sagrado  
Character desta Ley bem percebido)  
Que ou na fonte de Elias foy bebido,  
Ou por mais alto numen inspirado?*

*Testemunhe-o a Familia venturosa,  
Que do Sacro Carmelo a Magestade  
Authorisa com culto, Ara, e Templo:*

*Porque naquella Casa magestosa,  
O que foy Religião, he Santidade,  
E o que Regra era só, he já exemplo.*

## Introdução

Desde muito cedo que o homem se interessou pela preservação do seu património, desde a simples conservação de uma coluna da Antiguidade<sup>1</sup>, até às grandes intervenções do século XIX, como as reconstruções e os restauros estilísticos. Actualmente, e apesar da diversidade de teorias da conservação do património edificado a nível nacional, iniciou-se no meio académico uma nova filosofia neste domínio, envolvendo alguns investigadores que assim contribuíram para a sensibilização dos que intervêm, dentro do meio pluridisciplinar, nas complexas intervenções em edifícios e monumentos.

A escolha do tema proposto no presente trabalho recai no estudo de um convento quinhentista pertencente aos carmelitas calçados (oriundos de Moura) e que foi alvo de profundas alterações nos finais do século passado.

O motivo desta escolha justifica-se pelo interesse que este convento contém como objecto arquitectónico, seus valores iniciais, transformações funcionais e morfológicas. Tendo em conta a sistemática utilização de materiais de simulação para enriquecer esta estrutura conventual, o objecto de estudo, tal como se nos apresenta, é o produto de uma intervenção oitocentista.

Por outro lado, mas abordando o assunto de modo secundário (não obstante a dificuldade encontrada devida à ocultação de quase toda a arquitectura inicial), seria interessante conhecer um pouco melhor o modo de organização funcional do espaço construído e envolvente. Em face das condicionantes históricas e físicas da época que a Ordem Carmelita teve de enfrentar, é importante o entendimento desta forma de arquitectura mendicante<sup>2</sup> sobre a qual as “regras arquitectónicas” regeram este conjunto edificado.

O convento do Carmo ou de N<sup>ra</sup> Sra. das Relíquias é a quarta construção implementada pela referida ordem em finais do século XV, situado aproximadamente dois quilómetros a nordeste da vila de Vidigueira. O conjunto edificado foi alvo de mais um caso de profunda intervenção no fim do século passado, fruto de uma materialização a bel-prazer do imaginário dos proprietários de então. A presente imagem suscita curiosidade e, simultaneamente, não deixa indiferente quem visita este local que chama a atenção, dada a cenografia criada na

---

<sup>1</sup> Chama-se a atenção para o facto de, na época do Renascimento, surgir um grande interesse no estudo da arquitectura da Antiguidade e, conseqüentemente, a protecção dos elementos de maior valor. É exemplo dessa acção de conservação passiva, a coluna de Marco Aurelio.

<sup>2</sup> Para além das estudadas ordens mendicantes - dominicana e franciscana -, deveria posteriormente ser estudada com maior acuidade a “arquitectura carmelita”, nomeadamente a comparação entre os quatro exemplos existentes no nosso país; isso seria, no entanto, outro tema a desenvolver.

envolvente. A presença de outras estruturas verdes, mais exóticas, e o próprio edifício apalaçado contrastam com a paisagem alentejana.

Em suma, o objectivo deste trabalho é contribuir para um estudo mais aprofundado de um conjunto edificado que foi, por parte de algumas personalidades, objecto da descrição do existente, acompanhado por relatos históricos<sup>3</sup>.

É pretendido identificar em primeiro lugar, as intervenções feitas ao longo do tempo (a delimitação temporal abrange os séculos XV a inícios do século XIX) e enquadrá-las nas correntes teóricas da época. Após isso, tendo em conta a observação dos aspectos físicos do imóvel, deverá ser elaborada uma crítica a essas mesmas intervenções.

Esse reconhecimento tem como base a observação directa dos aspectos formais, técnicas e materiais construtivos que moldaram uma nova imagem. A abordagem que tenta encontrar a explicação para a aplicação de uma linha teórica nas obras praticadas no passado, é um ensaio de uma exposição de factos que chamam a atenção pelo seu artificialismo singular e enquadramento espaço-temporal.

Em segundo lugar, ao encarar o objecto arquitectónico do presente, bem como o apuramento do seu estado de conservação, é possível ser definida uma proposta de recuperação.

Assim, a metodologia delineada neste trabalho baseia-se numa estrutura lógico-sistemática e histórico-cronológica, ou seja, esta dissertação divide-se em duas partes, para além da introdução e conclusão. A primeira, incide sobre a análise histórica e arquitectónica, sem esquecer a sua situação geográfica, vista em dois períodos distintos - o de Quinhentos e o de Oitocentos.

O período inicial incide sobre os acontecimentos que originaram e caracterizaram este convento. No período de Oitocentos, além de ser enquadrado o espírito da época, ressalta aqui o recurso ao *tromp-d'oeil* executado através da utilização de materiais de simulação nos espaços mais importantes. Não deixa de ser notório o ênfase da riqueza de cor e texturas nos interiores, contrastante com a austeridade das linhas neogóticas patentes nos apontamentos dos elementos militares, sempre presentes nesta linguagem cenográfica.

---

<sup>3</sup> Túlio ESPANCA e Teixeira de ARAGÃO, inspirados na *Crónica dos Carmelitas* de José Pereira SANT'ANA, são duas grandes referências no estudo do Convento do Carmo de Vidigueira, com as obras *Inventário artístico de Portugal*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943, e *Vasco da Gama e a Vidigueira*, Lisboa, 1871, respectivamente.



A segunda parte, correspondente à proposta de conservação do conjunto edificado, compreende dois pontos fundamentais: o primeiro consiste no levantamento do estado de conservação do edifício, condensando num registo esse mesmo estado. Porém, nesse apontamento apenas se conta com a observação visual dos elementos arquitectónicos afectados. Não foi possível, por parte da autora, a realização de medições com aparelhos específicos para a determinação dos teores de humidade nas paredes e na atmosfera, temperaturas, a recolha de amostras para análise laboratorial, etc., além de que, para haver rigor científico, o diagnóstico e solução para as patologias observadas devem ser realizados por uma equipa especializada na matéria.

Após esse registo, expresso num quadro geral onde se localizam os vários elementos afectados, proceder-se-á a uma avaliação das alterações identificadas, subdividida em três grupos de materiais a analisar: o grupo das alvenarias (que aglutina os rebocos, estuques e pinturas), o das madeiras (embora seja o mais reduzido e menos desenvolvido) e o das pedras (apesar de estarem também presentes nas alvenarias, são tratadas de um ponto de vista distinto).

Depois do levantamento, propõe-se uma metodologia de conservação para esta estrutura conventual apalaçada<sup>4</sup>, na qual são abordados os critérios de intervenção e de utilização. É também feita referência às medidas-base para a conservação do conjunto edificado em geral, apresentando (muito sumariamente e pelas razões expostas na parte da avaliação das alterações registadas) algumas soluções de reparação e manutenção dos elementos atrás mencionados.

As medidas de conservação, sintetizadas em linhas de força, têm em conta a conservação do convento com base nas seguintes premissas: a menor intervenção possível, a utilização de materiais e técnicas tradicionais, a preservação das características tipológicas e a garantia da unidade estética.

Sem esquecer a actual função do Convento do Carmo como habitação, mas onde, pela precaridade das suas condições habitacionais, não é possível uma ocupação permanente, é importante a reposição dessas mesmas condições através de acções de reparação e manutenção. Em complementaridade à actual função que este conjunto tem vindo a desempenhar, alia-se o facto da região não possuir um centro cultural o que, em termos de animação e divulgação das várias formas de cultura, é um equipamento em falta.

---

<sup>4</sup> Porque apesar de tudo estas duas estruturas coexistem e, como tal, deverão ser preservados com igual peso tanto os elementos de Quinhentos como os elementos de Oitocentos.

## I PARTE

### Análise histórico - arquitectónica

#### 1. Análise histórica

##### 1.1. Contexto histórico de Quinhentos

A presença das ordens mendicantes junto das cidades e povoações é acompanhada por um aumento populacional<sup>5</sup> e até por uma certa evolução social mais voltada para um mundo materialista, que para o cumprimento dos deveres religiosos. A maioria dos conventos eram fundados e dotados pelos monarcas, deixando a sua régia marca em túmulos de pedra abrigados em capelas, nichos, ou simplesmente no solo, tendo em vista a salvação das suas almas e recebendo serviços religiosos em troca. Outros, eram o memorial dos feitos heróicos de algumas figuras de valor histórico: *“Os guerreiros (...) referindo a Deus todos os seus pensamentos, e às acções que delles nasciam, costumavam depois da peleja ir depôr os louros perante o altar (...), e os despojos, havidos na guerra, os empregavam depois em erguer monumentos de paz.”*<sup>6</sup>

A ordem do Carmo teve origem no Monte Carmelo, Jerusalém, onde se deu a aparição de Nossa Senhora ao profeta Elias (eleito mais tarde por monges que abraçaram aquela religião), fundador da ordem. Foi considerada a mais antiga, segundo a obra de M. Maria WERMERS, irmão carmelita - *A Ordem Carmelita e o Carmo em Portugal*. Devido à perseguição dos sarracenos, a ordem viu-se obrigada a procurar refúgio noutros países da Europa e, sem grandes recursos, posicionou-se ao lado de outras ordens mendicantes<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Antes dos Descobrimentos, era importante continuar a fixar as populações a sul do Tejo e junto às zonas fronteiriças.

<sup>6</sup> Veja-se DINIS, Pedro - *Das ordens religiosas em Portugal*, Lisboa, 1854. Para mais, o autor refere mesmo que essas proezas, além de serem referidas nas crónicas dos conventos, são elas mesmas registadas nas paredes, na arquitectura desses edificios religiosos.

<sup>7</sup> Ob. cit. WERMERS, M. Maria - *A Ordem Carmelita e o Carmo em Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1963, p. 15: *“(...) A ordem era desconhecida e o seu modo de vida no ermo era um dos grandes impedimentos (...). A acção providente do Santo Geral Simão Stock, reduzindo o tempo dedicado à contemplação e alargando o campo do apostolado, habilitou a Ordem a ocupar o seu lugar entre as Ordens Mendicantes.”* Vide também SANTO ÂNGELO, Estêvão de - *Jardim Carmelitano*, Lisboa Occidental, 1741, tomos I e II. O autor faz igualmente referência às destruições de conventos carmelitas por muçulmanos, embora a igreja do Monte Carmelo tenha resistido aos referidos ataques.

De acordo com a Regra Carmelita<sup>8</sup>, compilada por Fr. Simão Coelho, o modo de vida dos carmelitas resumia-se a uma regra fundamental<sup>9</sup>: Seja qual for a ordem religiosa escolhida, “*aja de viver em serviço de Jesu Christo, & a elle fielmente com puro coração & boa consciencia servir.*” Esta Regra seria desdobrada em outras quanto ao modo de viver e de estar num convento, sua localização e caracterização de alguns espaços interiores, como adiante se desenvolverá.

Após a aprovação da Regra Primitiva pelo papa Honório III, em 1226, os religiosos carmelitas, face às cada vez mais frequentes perseguições dos sarracenos, começaram a emigrar para a Europa<sup>10</sup>.

À semelhança do procedimento proteccionista de outros monarcas europeus, também a entrada e estabelecimento desta ordem em Portugal encontrou apoio régio; contudo, não se sabe ao certo o ano, a não ser que foi admitida no reinado de D. Afonso Henriques, tendo entrado no país antes de 1250, já no reinado de D. Sancho II. Os religiosos, dois dos quais eram portugueses, acompanhados por cavaleiros *Malteses*, dominaram e instalaram-se nas terras de que obtiveram posse - uma das quais era Mourão -, e aí fundaram o primeiro convento desta ordem em 1215. Seguiu-se mais tarde a construção dos conventos de Lisboa, Colares e Vidigueira<sup>11</sup>. D. Manuel emitiu um alvará no sentido de estabelecer o 4º convento de carmelitas no reino, passado em Montemor a 7 de Janeiro de 1496.

Não obstante, sabe-se que existia rivalidade entre as ordens religiosas existentes quanto a questões de antiguidade, primazia, precedência, festividades religiosas, etc. À primeira vista, poder-se-ia dizer que havia uma autêntica demarcação territorial tendo como objectivo a angariação de um maior número de fiéis devotos a essa ordem, até porque esses constituíam uma importante fonte de receitas.

---

<sup>8</sup> Segundo o autor desta compilação, a exposição da referida regra deu-se no século IV, por S. João, tirada da regra de S. Basílio, bispo de *Cesarea de Capadocia*. Mais acrescenta o autor que fora ordenada em 1195, por Alberto, Patriarca de Jerusalém, declarada pelo Papa Inocêncio IV, em 1242, “*confirmada per muytos & mui antigos summos Pontifices, pelos Ordinarios & Direito*”, e agora confirmada por ele. A história da criação da regra é também mencionada por Estêvão de SANTO ÂNGELO - *Jardim Carmelitano*, Lisboa, tomos I e II, em que nos revela de um modo cronológico de como a regra foi instituída. Como ele afirma, a primeira regra (governou por quatro séculos) foi divinamente transmitida a Elias: “*Aparta-te daqui (disse Deos ao Profeta Elias) vay contra o Oriente, e esconde-te no retiro, e torrente de Carith.*” Seguidamente, refere uma segunda regra (governou por quase oito séculos), a instituição da mesma por o acima referido João Silvano, Patriarca XLIV de Jerusalém, a sua tradução do grego para o latim, e finalmente a terceira regra, “*sendo na substancia todas tres huma só Regra, (...) he a que hoje professamos de Santo Alberto, Patriarca Jerosolymitano*”.

<sup>9</sup> Cf. COELHO, Simão - *Compêndio das Chronicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, [Lisboa], per Antonio Gonçalvez, 1572.

<sup>10</sup> *Ob. Cit.* WERMERS, M. Maria - *A Ordem Carmelita e o Carmo em Portugal*, p. 127.

<sup>11</sup> V. SANTANA, José de - *Crónica dos Carmelitas*, Lisboa, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galvam, 1747 - 1751, tomos I e II.

Segundo Fr. Jerónimo de S. José, essa contenda teve início em 1460, em Santarém: “(...) e querendo o mesmo Illustradissimo Arcebispo compôr os contendores, proferio sua sentença, fundada na antiguidade das suas Instituições, e preeminencias dos seus Instituidores, ordenando que todas as Procissões fossem adiante os Padres de S. Francisco, como Menores, depois os RR. Padres Carmelitas, a estes se seguissem os RR. Padres Dominicos; e no ultimo lugar, não havendo Ordens Monachaes, a nossa Comunidade [a da Santíssima Trindade] à mão direita dos Padres de S. Agostinho (...).”<sup>12</sup>

A paz reinou durante um século, até que em 1568, foi a vez dos Dominicanos levantarem a mesma questão ao Papa Pio V, também ele dominicano, o qual ordenou um documento “(...) para precederem por elle a todas as Ordens Mendicantes, que são, S. Francisco, Carmo, Graça, e S. Domingos.(...)”<sup>13</sup>.

Quanto à posse da terra, os conventos dispunham da maior parte das herdades (como o convento do Carmo, um dos mais beneficiados neste aspecto) - doadas por pessoas abastadas e esperançosas da salvação das suas almas<sup>14</sup> -, que administravam ou arrendavam e, a partir dos princípios do século XVII, passaram a aforar.

Segundo o historiador Gerardo PERY, “O domínio directo da maior parte das herdades pertencia aos conventos do Carmo e do Espírito Santo da Vidigueira (...); algumas eram da comenda de Vera Cruz, da ordem de Malta. Durante muitos anos os conventos tiveram também o domínio útil de muitas herdades, que administravam por conta própria ou arrendavam”. (...) “Quando a lei de 30 de Julho de 1611 determinou que as igrejas, ordens e mosteiros não pudessem reter mais de ano e dia os bens adquiridos por compra, herança ou qualquer outro título, começaram as herdades a ser aforadas (...). A herdade de S. Cucufate (...) está neste caso; em 1595 metade dessa herdade, que já continha olivais e vinhas, estava na posse do convento do Carmo da Vidigueira, e foi depois subdividida.(...) este era um dos maiores da Ordem do Carmo em Portugal, possuindo numerosas propriedades e rendimentos, devidos em especial a legados feitos pelos fiéis. Além disso, vários reis lhe fizeram igualmente importantes concessões”<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> Vide SÃO JOSÉ, Jerónimo de - *História Cronológica da Ordem da Santíssima Trindade*, Lisboa, 1789. O autor relata a rivalidade existente entre esta Ordem, a dos Agostinhos e a dos Dominicanos.

<sup>13</sup> *Idem, ob. cit.*

<sup>14</sup> O autor de *Vidigueira e o seu Concelho* refere o caso do testamento de Manuel Vaz Pato, em 1666, para que o seu corpo fosse enterrado na igreja, mais concretamente, na capela de Santo Alberto. Vide CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, Beja, ed. Câmara Municipal de Vidigueira, 1986, pp.119 e 120.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 113.

De acordo com as Ordenações Manuelinas (Carta régia de 3 de Dezembro de 1614) e mais tarde com as Ordenações Filipinas, todas as instituições de beneficência de origem eclesiástica estariam sob a responsabilidade dos prelados, “(...) os quais tomariam contas aos mordomos e administradores e zelariam os interesses da instituição e o cumprimento da vontade do instituidor(...)”<sup>16</sup>. Geriam também, mas somente no domínio espiritual, as capelas fundadas e administradas por leigos, uma vez que tinham o dever de “(...) fazerem cantar as missas a que era obrigada a capela”<sup>17</sup>.

Vasco da Gama tomou posse da vila de Vidigueira e da Vila de Frades antes de 1520, ambas adquiridas ao Duque de Bragança. A ligação da família dos Gamas conduziu a um desenvolvimento da população graças ao investimento de valores oriundos do Oriente: “Já em meados do século XVI (...), a freguesia era muito rendosa, o que levou o 2º conde, D. Francisco da Gama, a fazer aí a apresentação de seu filho D. Manuel da Gama, que seguiu a carreira eclesiástica.”<sup>18</sup>.

A prosperidade da vila era devida à sua actividade principal - a agricultura - que tinha características peculiares em relação à aplicada em todo o Baixo Alentejo. O domínio da pequena propriedade permitia uma maior divisão dos lucros da terra e incrementava o aumento da população<sup>19</sup>. Paralelamente, as feiras ainda desempenhavam um papel importante no tráfego comercial da vila, uma vez que a região era famosa pelos seus produtos.

Em suma, o período compreendido entre os séculos XVI e XVII foi relevante para a história do local, na medida em que a Vidigueira se tornou numa vila importante e que o factor religioso desempenhou um papel de destaque na cultura da região pelos legados feitos por algumas personalidades, na sua maior parte eclesiásticos<sup>20</sup>.

Em 1622 havia em Portugal 450 conventos, muitos dos quais lutavam com falta de recursos e acabavam por se arruinar com dívidas. O factor disciplinar e moral também se relacionava com as abusivas intervenções do poder secular<sup>21</sup>.

<sup>16</sup> Cf. “Carta régia de 3 de Dezembro de 1614”, de SILVA, Andrade e in *Colecção Cronológica da Legislação Portuguesa*, 1613-1619, p. 106.

<sup>17</sup> *Ibidem*, ob. cit.

<sup>18</sup> Ob. cit. CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, p. 111.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 117.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*. Essas personalidades são: Aquiles Estaço, Pe. Gabriel de Matos, Pe. António Colaço, Pe. Luís Lopes, Manuel Mendes e Frei António das Chagas.

<sup>21</sup> De acordo com OLIVEIRA, Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*, Mem Martins, Europa-América, 1994, “A relaxação dos mosteiros portugueses deve-se principalmente a três causas: abuso das comendas, excessivo número de fundações, falta de escrupulo no recrutamento dos religiosos.”

D. Maria I quis travar esse processo de decadência e, por decreto de 21 de Novembro de 1789, instituiu a *Junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das Ordens regulares*, presidida pelo bispo do Algarve, D. José Maria de Melo. Essa mesma junta proibiu a admissão de noviços até ulterior resolução, com o decreto de 29 de Setembro de 1791<sup>22</sup>.

Em 1829 a junta é extinta por D. Miguel, regressando à actividade em 1833, durante a época do liberalismo, para executar o trabalho de espoliação dos conventos<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> *Idem*, OLIVEIRA, Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*, Europa-América, 1994. Consulte-se o subtítulo "Decadência das Ordens Antigas", último parágrafo.

<sup>23</sup> *Ibidem*.

## 1.2. Contexto histórico de Oitocentos

### 1.2.1. Panorama geral

No reinado de D. João VI, as guerras contra França e Espanha, a retirada da corte para o Brasil e a invasão dos franceses, foram factores determinantes para o surgimento de uma nova ideologia - o liberalismo. A revolução de 1820 fortaleceu ainda mais a influência da maçonaria, organizada no nosso país desde 1744.<sup>24</sup>

Em Lisboa, o governo de D. Pedro inicia a emissão de uma série de “reformas” - tendo como base a primeira lei do património (Alvará de 20 de Agosto de 1721) e outras acções, como o zelo das Câmaras Municipais pelos bens nacionais por iniciativa de D. João V<sup>25</sup> -, as quais sintetizamos:

- Decreto de 26 de Junho de 1830 - criação das juntas de paróquia que as obriga à “*administração dos rendimentos das igrejas, a conservação dos edifícios e certas despesas de culto*”<sup>26</sup>;
- Decreto de 30 de Julho de 1832 - extinção dos dízimos e, mais tarde, de outros rendimentos eclesiásticos com direito a indemnização por parte do Estado;
- 5 de Agosto de 1833 - quatro decretos fixam resoluções anteriores (avagamento de bispados, extinção de todos os padroados eclesiásticos e proibição de admissão a ordens)<sup>27</sup>;
- Decreto de 9 de Agosto de 1833 - extinção dos prelados maiores das ordens militares e monacais; supressão de casas religiosas com menos de doze conventuais<sup>28</sup>;

<sup>24</sup> Segundo OLIVEIRA, Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal, desde o governo do Marquês de Pombal* que as ideias e influências estrangeiras se fizeram sentir: “(...) os preconceitos anti-religiosos, nascidos do filosofismo francês; as influências maçónicas e as tendências anárquicas do Protestantismo, importadas de Inglaterra; os exemplos de desordem política, dados por Espanha, França e outros países”. Contudo, é de notar que o autor tende apenas para a focagem dos aspectos negativos de toda esta conjuntura político-religiosa, não referindo um único ponto positivo.

<sup>25</sup> A respeito do Alvará emitido pelo monarca, “(...) em 1802 as competências atribuídas à Academia Real da História por D. João V passam para o Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca de Lisboa, o qual a partir desta data, era incumbido da responsabilidade de zelar em conjunto com as Câmaras Municipais pelos Bens Nacionais. A inspecção dos monumentos e antiguidades estará (...) de 1802 a 1870, confiada à Biblioteca Nacional” – ob. cit. FERNANDES, Maria da Conceição L. A. – *Os “restauros” e a memória da cidade de Évora (1836 – 1986)*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1998.

<sup>26</sup> Ob. cit., p. 240.

<sup>27</sup> Idem, p. 232.

<sup>28</sup> Ibidem.

- Decreto de 30 de Maio de 1834 - "*extinção de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos das ordens regulares*", bem como a transferência dos bens "*nos próprios da Fazenda Nacional*"<sup>29</sup>. No entanto, convém não esquecer que todo este processo destrutivo teve a concordância do Papa: "*tendo as ordens religiosas entrado nestes reinos com licenças e Bullas dos Summos Pontífices, parece que para serem extintas necessitavam das mesmas formalidades*"<sup>30</sup>.

A emissão desta legislação fez com que todo esse espólio não só se transferisse para a posse do Estado, como também que particulares adquirissem muitos desses bens eclesiásticos. A extinção das ordens religiosas deixou uma lacuna a vários níveis. Segundo o relato e análise efectuados na época por Pedro DINIS, "*(...) a fertilidade dos campos, a extensão das livrarias, (...), o ensino do povo, o pão dos pobres, os monumentos de pedra (...)*", enfim, toda esta riqueza produzida, a assistência social e o património cultural e edificado, tudo isto se desvanecera<sup>31</sup>. Mais acrescenta: "*a ninguém aproveitaram os bens ecclesiasticos*", nem mesmo para a diminuição da dívida externa<sup>32</sup>.

Em suma, as sucessivas convulsões político-sociais que decorreram neste curto espaço de tempo (para não falar de uma sociedade destruída), trouxeram a destruição dos símbolos do Antigo Regime, a delapidação dos bens culturais, o roubo e o vandalismo: "*(...) igrejas, conventos, palácios, foram despejados de tudo o que tinham de valioso*"<sup>33</sup>. É de salientar três factores<sup>34</sup> que conduziram à estagnação, senão retrocesso, relativo à forma de preservar e conservar os valores patrimoniais defendidos desde D. João V:

- A destruição e apropriação de bens móveis aquando das Invasões Francesas;
- A expropriação e venda dos bens eclesiásticos, com a extinção das Ordens Religiosas em 1834;

<sup>29</sup> *Ob. cit.* FERNANDES, Maria da Conceição L. A. - *Os "restauros" e a memória da cidade de Évora (1836 - 1986)*, p. 233.

<sup>30</sup> *Ob. cit.* DINIS, Pedro - *Das ordens religiosas em Portugal*, 1854, p. 240.

<sup>31</sup> *Ob. cit.* DINIS, Pedro - *Das ordens religiosas em Portugal*, 1854, p. 275.

<sup>32</sup> *Idem, ob. cit.*, p. 229. Segundo o autor, pela Lei de 15 de Abril de 1835, foi decretada a venda de bens nacionais "*para hypotheca da dívida estrangeira*", p. 240.

<sup>33</sup> SARAIVA, José Hermano - *História Concisa de Portugal*, Mem Martins, Europa-América, 1979, p.272.

<sup>34</sup> Cf. FERNANDES, Maria da Conceição L. A. - *Os "restauros" e a memória da cidade de Évora (1836 - 1986)*, p. 40.



- As alterações sócio-económicas consequentes da guerra civil que conduziram à afirmação de uma classe burguesa com gostos renovados (são os novos-ricos da época).

A respeito da criação de uma *Comissão*, pelo Decreto de 10 de Novembro de 1875, criado pelo ministro do reino de então, Joaquim de VASCONCELOS relata e critica, baseado no *Relatório*<sup>35</sup> elaborado pela dita comissão, a pouca importância que o Estado e as pessoas prestavam ao património em geral: *“O Relatório aponta, primeiro, o triste estado da questão artística entre nós; a indiferença da maioria e da minoria culta que, longe de aumentar a herança do passado com novos monumentos artísticos, nem conserva o que herdou e assiste, (...), á ruína que mãos nacionaes põem em obra, á dispersão, á alienação de outras obras de arte, em troca do ouro estrangeiro”*. Quanto aos meios dispendidos para a preservação do património,<sup>36</sup> Joaquim de VASCONCELOS refere ainda uma redução máxima de custos, dada a escassez do *Tesouro*, recorrendo apenas à *“mera conservação das riquezas (...), porque conservar é economisar indirectamente”*.

Apesar de algumas personalidades terem esboçado medidas conservacionistas no sentido de preservar sem grandes encargos os edifícios e monumentos nacionais, é de referir o estado lastimoso em que os mesmos se encontravam. Esvaziados do seu precioso conteúdo, só restavam as caixas murais<sup>37</sup> sujeitas a adaptações meramente funcionais, algumas inadequadas, de acordo com o espírito economicista da época (naturalmente porque os recursos económicos do Estado, depois de tantas revoluções e pilhagens anglo-francesas, eram escassos e não se olhavam a consequências patrimoniais futuras).

Assim, os nossos monumentos eram *“(...) tornados hospitais, asilos, tribunais, hospícios, colégios, bibliotecas, academias, quartéis, e até (...) um parlamento (...). Sofreram grandes e prejudiciais transformações ao mesmo tempo que evitavam maiores despesas de equipamento imóvel ao Estado em modernização”*<sup>38</sup>. É o caso das apropriações de conventos para instalar organismos políticos e instituições culturais, como a Academia das Ciências, o Conservatório Nacional, a Academia de Belas-Artes e Biblioteca Pública e o Parlamento<sup>39</sup>,

<sup>35</sup> *Ob. cit.* VASCONCELOS, Joaquim de – *A reforma de Bellas-Artes*, Porto, 1877, p. 4 e ss.

<sup>36</sup> O autor refere-se, concretamente, a obras de arte, a quadros; contudo, a sua crítica revela-nos a falta de escrúpulos em relação aos bens, quer móveis, quer imóveis - os edifícios.

<sup>37</sup> Termo utilizado por ZEVI, Bruno - *Saber ver a Arquitectura*, São Paulo, Martins Fontes, 1978, p.20.

<sup>38</sup> *Ob. cit.* FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Lisboa, Bertand Editora, 1989, p. 60.

<sup>39</sup> Vide FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Bertand Editora, 1991, p. 316.

enquanto que outros foram adquiridos por particulares e “adaptados” a habitações próprias de pessoas com posses para as transformar, segundo o seu gosto pessoal.

Durante o regime republicano, cessaram as relações diplomáticas entre o Estado e a Igreja de Roma com a introdução da Lei da Separação, de 20 de Abril de 1911. Essa legislação determinava que :*“A República não reconhece, não sustenta, nem subsidia culto algum (...)”*, declarando mesmo pertença do Estado todos os bens eclesiásticos<sup>40</sup>.

### 1.2.2. Enquadramento cultural nacional

É a partir do século XIX que em Portugal um círculo de personalidades, desde Alexandre Herculano a Possidónio da Silva, começam a levantar várias questões relacionadas com o património cultural a respeito da sua preservação. As sucessivas convulsões político-sociais que decorreram neste espaço de tempo, trouxeram a destruição dos símbolos do Antigo Regime, a delapidação dos bens culturais<sup>41</sup> e dentro do contexto deste trabalho, a apropriação de conventos para instalar organismos políticos, instituições culturais, militares, hospitalares<sup>42</sup>, e até, como é o caso do convento do Carmo, para habitação.

Ações de destruição e de ocupação sistemática (o que implicaria muitas vezes obras de adaptação do espaço existente) eram assistidas pelos novos governantes, na sua maioria indiferentes à perda irreversível dos valores do passado, que até apoiavam a *“substituição dos símbolos do antigo regime por novos equipamentos, característicos da monarquia liberal”*. Contra as concepções estéticas dos novos proprietários (que geralmente adquiriam os edifícios por hasta pública) *“e o seu desrespeito pela história e valores nacionais”*<sup>43</sup> estas personalidades - escritores, historiadores, bibliotecários, jornalistas, arquitectos e até políticos, - publicavam as suas críticas a favor da conservação dos imóveis. Uma circular emitida pelo ministro do reino - Mouzinho de Albuquerque, em 19 de Fevereiro de 1836 -, em reacção à contínua destruição dos edifícios religiosos, apelava à Academia Real das Ciências

<sup>40</sup> Cf. OLIVEIRA, Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*, p. 240, e no capítulo referente ao Liberalismo veja-se ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1967, v. III, pp. 131 e 132.

<sup>41</sup> Veja-se SARAIVA, José Hermano - *História concisa de Portugal*, Colecção Saber, 3ª ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1979, p. 272.

<sup>42</sup> Segundo FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, p. 60.

<sup>43</sup> *Ob. cit.* FERNANDES, Maria da Conceição L. A. - *Os “restauros” e a memória da cidade de Évora (1836 - 1986)*, p. 48. É de salientar as publicações destes intelectuais no *Archivo Pittoresco* e no *Panorama*.

de Lisboa para proceder ao levantamento, classificação e acompanhamento das obras em imóveis antigos, por o Governo não ter capacidade para realizar tais trabalhos<sup>44</sup>.

Mesmo a legislação produzida até à altura, era interpretada como uma mera indicação não obrigatória e, perante a inércia das estruturas políticas e culturais, se bem que algumas pessoas se preocupassem com o património cultural, nem sempre estavam a par das teorias e correntes europeias, “*vagando ao sabor de soluções empíricas*”<sup>45</sup>.

Tal arbitrariedade de conceitos originava, por vezes, acesas discussões e debates relativos aos processos de defesa do património edificado. Consciente da perda de função dos edifícios religiosos, a sociedade intelectual do século XIX agrupou-se em diferentes conjuntos de personalidades, de distintas bases teóricas e correntes. No entanto todas estas associações que se desenvolveram desde 1830 e que se tornaram relevantes em 1910, na medida em que influenciavam as decisões tomadas pelas Câmaras e Governos, tinham um denominador comum: a defesa e preservação do património arquitectónico e urbanístico das cidades<sup>46</sup>. Quanto ao tratamento dos edifícios históricos era possível reconhecer três tendências<sup>47</sup> defendidas por:

- Historicistas;
- Românticos;
- Modernistas;

O primeiro grupo (entre os quais A. Herculano, Varnhagen, A. Garrett, V. Barbosa, Mendes Leal, A. Filipe Simões, e outros) dava primazia aos valores históricos e arqueológicos, apelando para o restauro estilístico dos monumentos. Os de maior importância eram os mais antigos e que se relacionavam com os gloriosos períodos da história de Portugal (é o caso do período gótico-manuelino). A escola de Viollet-le-Duc influiu bastante nos trabalhos de restauro de muitos teóricos, como Rosendo Carvalheira e Augusto Fuschini<sup>48</sup>; contudo, as teorias de Camillo Boito<sup>49</sup>, de William Morris, de Freeman, de Didron e outros

<sup>44</sup> Cf. FERNANDES, Maria da Conceição L. A. - *Os “restauros” e a memória da cidade de Évora*, p. 47. Segundo a autora, o reconhecimento destes imóveis, assim como outros, foi bastante tardio.

<sup>45</sup> Veja-se CUSTÓDIO, Jorge - “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza” (1837 - 1964) in *Dar futuro ao passado*, Lisboa, SEC, IPPAR, 1993, p. 39.

<sup>46</sup> Cf. FERNANDES, Maria da Conceição L. A. - *Os “restauros” e a memória da cidade de Évora*, pp. 48 e 49.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 51 e ss.

<sup>48</sup> Cf. Jorge CUSTÓDIO - *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837 - 1964)*, p. 52.

<sup>49</sup> Segundo Camilo Boito, “é melhor consolidar que reparar, melhor reparar que restaurar”.

não tiveram o mesmo sucesso, apesar das reacções contrárias de algumas personalidades ligadas ao restauro de monumentos, nomeadamente Gabriel Pereira, que alertava para os perigos da arbitrariedade (a qual dava azo às tais soluções empíricas por falta de conhecimento) e do restauro integral.

Viollet-le-Duc - uma personalidade de temperamento radical e um laico -, não só fazia uma análise interpretativa e recriação no papel, como ia ainda mais longe: praticava o mesmo exercício “estilístico” a três dimensões, em intervenções extremamente activas. Dentro do seu espírito racionalista, chegou a recomendar o estilo gótico para novos edifícios, sem recorrer a imitações...que ele próprio elaborou em edifícios religiosos: “*Restaurar um edifício não é preservá-lo, repará-lo ou reconstruí-lo; é restabelecê-lo num estado de perfeição que pode nunca ter existido em nenhuma época*”<sup>50</sup>. Os materiais deveriam ser de melhor qualidade que os originais. Na altura, apenas fazia sentido um acerto estilístico e um certo tipo de autenticidade estética, ideia essa que se formava no intelecto das pessoas, estando a imaginar “o tal edifício”. Assim, os edifícios adaptavam-se às sucessivas funções. As alterações eram drásticas e irreversíveis. “*A melhor forma de preservar um edifício é encontrar-lhe um novo uso e satisfazer as exigências funcionais desse uso (...) por forma a que não voltem a surgir novas alterações*”<sup>51</sup>. Este tipo de abordagem foi transposto para Portugal até aos nossos dias.

O romantismo de Ruskin encontrou adeptos no segundo grupo atrás mencionado, desconhecendo porém, a filosofia de fundo que movia o conceito “anti-restauro”. Apenas apreenderam, de modo distorcido, a ruína como elemento (proveniente das demolições) a transportar para jardins ou outras construções a reconstruir ou até a construir, como é exemplo as “ruínas fingidas”, no Jardim Público de Évora, ao estilo do “*english picture*”, da autoria do cenógrafo de origem italiana José Cinatti.

No século passado, assistiu-se ao desenvolvimento de uma cultura estética definida por um “*medievalismo romântico*”<sup>52</sup> existente na dualidade de estilos - neoclassicismo/neogótico e de correntes filosófico-políticas - historicismo/nacionalismo. É o “*restauro romântico*”<sup>53</sup>, patente na obra de arquitectura/arquitectura paisagística que surgiu a partir de pré-existências: um pequeno convento foi transformado ... num palácio “encantado”,

<sup>50</sup> Vide VIOLLET-LE-DUC – *Dictionnaire raisonné de l'architecture française, du XIe. au XVIe. Siècle*, Paris, 1864, tomo VIII.

<sup>51</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>52</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge - *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837 - 1964)*, p. 54.

<sup>53</sup> Cf. HENRIQUES, Fernando – *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Memória nº 775, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1991, p. 6.

que se caracteriza pela ênfase dada à estética do edifício<sup>54</sup>, sem haver qualquer preocupação ou respeito pelas construções existentes, podendo as mesmas ser parcialmente reconstruídas, “absorvidas” por outras, ou até totalmente reconstruídas. Trata-se da (re)construção do Palácio da Pena a mando de D. Fernando II<sup>55</sup> - uma nova obra de arquitectura que se agregou em redor do pequeno convento de Nossa Senhora da Pena -, na qual se aproveitou o que restava do ermitério procedendo-se ao seu “restauro”. A autoria deve-se a Eschwege, um estudioso dos restauros de Schinkel, para quem, em sintonia com o pensamento de Fuschini, o que importava era a aparência exterior do edifício<sup>56</sup>, mesmo que resultasse numa amálgama de estilos, *como que um catálogo das formas neomedievalizantes e exóticas disponíveis na altura*<sup>57</sup>, como exemplo do domínio da arquitectura imaginada.

O associativismo e o pitoresco são dois argumentos provenientes do século XVIII e que vão sustentar o movimento romântico: *“Um edifício é revestido com a roupagem de um estilo específico devido às meditações que esse estilo suscitará”*<sup>58</sup>. Alia-se o facto de ser concebido conjuntamente com a paisagem circundante. O carácter pitoresco era apreendido no Grand Tour - viagem realizada à volta dos principais países da Europa, por artistas e paisagistas *“amadores e profissionais”*, a fim de completar a sua formação<sup>59</sup>.

A esta superficial concepção arquitectónica, associava-se a forte reacção dos arquitectos à Revolução Industrial e aos problemas de reformas sociais. A grande maioria, com uma formação estritamente voltada para as Belas Artes e para o desenho (esquecendo-se da evolução das técnicas, delegando-as para os engenheiros) não se interessava *“na medida em que destruíra uma ordem e um padrão de beleza estabelecidos”*<sup>60</sup>, ou seja, iria criar instabilidade numa época, já de si conturbada. Esta crise a nível do conteúdo técnico - estético agravou-se também, devido à separação da profissão de arquitecto e de engenheiro,

---

<sup>54</sup> Enquanto que, este exemplo de “arquitectura nacional” reúne e sintetiza vários estilos arquitectónicos, um outro exemplo de unidade estética, mas concentrada num único estilo – o neogótico –, é o palácio do Buçaco, que também aproveitou o edifício de um convento, o qual foi “envolvido” por uma massa construtiva de um gótico flamejante.

<sup>55</sup> Este monarca teve a ideia de “restaurar” o que restava do dito convento, *“visto ser um monumento nacional”* - ob. cit. FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, p. 298.

<sup>56</sup> Actualmente, muitos técnicos ainda pensam assim, sendo retirado aos edifícios o seu interior, ficando apenas a fachada ou fachadas consideradas de interesse e, seguidamente, assiste-se à construção de um novo edifício, marcadamente diferente pela aplicação de materiais e técnicas construtivas contemporâneos, muitas vezes com uma cêrcea muito superior à inicial.

<sup>57</sup> Consulte-se PEREIRA, Paulo – “O revivalismo: a arquitectura do desejo”, in *História da Arte Portuguesa*, 1ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 1995, v. III, p.369.

<sup>58</sup> Ob, cit. PEVSNER, Nikolaus - *Panorama da arquitectura ocidental*, São Paulo, Martins Fontes, 1982, pp. 336-337.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> *Idem*, p. 340.

com a divisão das escolas. Note-se que estes dois movimentos não existiram em tempos estanques, mas deu-se, sim, a sua coexistência.

Uma personalidade que executava e estava a par do trabalho executado pelos arquitectos da Europa foi Possidónio da Silva: empreendeu a tarefa nem sempre fácil de acompanhar e dirigir trabalhos de construção, decoração e ornato, nomeadamente, no palácio da Ajuda e no palácio das Necessidades, “(...) *em summa, para o necessario desafogo da vida social, nas altas classes e no povo*”<sup>61</sup>. Porém, o Governo muitas vezes negligenciou a existência destes arquitectos, entregando obras de restauro estilístico “num estilo verdadeiramente português” - é o caso das obras de adaptação do Mosteiro dos Jerónimos à Casa Pia<sup>62</sup> - a arquitectos mais românticos, cenógrafos por excelência e, principalmente, estrangeiros!

No sistema de ensino das nossas academias, não havia um objectivo teórico e estético a seguir, mas antes a confusão e mistura de vários conceitos irrealistas. Em 1876 é referido, num relatório sobre o ensino, o aparecimento de “*edificações ridículas e feias (...) de mau gosto e de mau senso*”<sup>63</sup>. Sobre esta questão, Possidónio da Silva não deixa de emitir uma opinião com a sua primeira obra - *O que foi e é a Architectura, e o que aprendem os architectos fora de Portugal* -, aconselhando aos jovens alunos uma formação sólida com os conceitos dos grandes mestres desde a Antiguidade.

Mais realista que os românticos, este arquitecto - claramente influenciado pelas teorias de Viollet-le-Duc e pelo método e rigor científico de Arcisse de Caumont -, iniciou o caminho do restauro estilístico com base em factos históricos (os seus conhecimentos de arqueologia, arquitectura e ciência em geral eram vastos), respeitando o mais possível a traça primitiva dos monumentos. Estavam formadas as bases da teoria da conservação, as quais foram evoluindo lentamente até aos nossos dias.

Os modernistas surgiram em reacção aos trabalhos de restauro em edificios desenvolvidos pelos historicistas e pelos românticos, questionando, influenciados pela teoria de Camilo Boito, a sua forma de conservação. Integravam o grupo Ramalho Ortigão, Eça de Queirós e Gabriel Pereira. Este último, discordava abertamente da teoria de Viollet-le-Duc, considerando que as obras de restauro produzidas por esse teórico eram falsificações e que estariam a induzir em erro as gerações vindouras. Para Gabriel Pereira, conservar um

<sup>61</sup> Cf. FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no Século XIX*, 3ª ed., Lisboa, Bertand Editora, 1991, pp. 316 e 317

<sup>62</sup> À volta do ano de 1878, as referidas obras foram entregues a Rambois e a Cinatti.

<sup>63</sup> Cf. FRANÇA, José Augusto - *Lisboa : urbanismo e arquitectura*, Lisboa, Bertand Editora, 1989, p.67.

monumento era “salvar do arbítrio, (...) impedir a continuação, o progresso da ruína. E quando indispensável algum conserto ou arranjo, que este salte à primeira vista”. Na sua obra, intitulada *Restaurar e Conservar*, refere também a variedade de formas que se manifestavam no mesmo período e não a “pureza do estilo” defendida pela escola francesa<sup>64</sup>.

Apesar desta publicação ter sido uma referência moderna para a conservação dos edifícios, a sua mensagem não atingiu os que detinham o poder de decisão<sup>65</sup>. Das correntes que influenciaram o Governo, instituições e personalidades ligadas ao património, foi o restauro estilístico o que melhor foi acolhido e aplicado.

O regime salazarista vai centralizar a gestão do património arquitectónico num só organismo: a Direcção - Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. As novas ideias de política de restauro constituíram um padrão a ser seguido por todo o país, de carácter medievalista e de acordo com o princípio de autenticidade estética de Viollet-le-Duc<sup>66</sup>: “1. Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica, os nossos monumentos nacionais, de modo que (...), eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da Pátria e da Arte; 2. O critério a presidir a essas delicadas obras de restauro é a Arte (...), de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens; 3. Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligados a monumentos de caracteres absolutamente opostos”<sup>67</sup>. As teorias de Cesari Brandi pouco ou nada foram assimiladas ou mormente divulgadas.

Após esta campanha de “renovação nacional”<sup>68</sup>, o interesse por outras épocas é finalmente, como que por reacção, despertado e começa por abalar os alicerces da “ideologia patrimonial do Estado Novo”<sup>69</sup>. Por outro lado, formam-se na Europa pós-guerra diferentes opiniões quanto aos tipos de intervenção, o que origina um registo de pontos genéricos mas fundamentais, sobre as questões do património: a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964).

<sup>64</sup> Cf. FERNANDES, Maria da Conceição L. A. - *Os “restauros”...*, p. 57.

<sup>65</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>66</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge - *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837 - 1964)*, p.58, aponta o Eng<sup>o</sup> Henrique Gomes da Silva como definidor desses conceitos, tendo sido apresentados no primeiro Congresso da União Nacional, em 1934.

<sup>67</sup> *Idem.*

<sup>68</sup> *Ob. cit.* CUSTÓDIO, Jorge, p.60.

<sup>69</sup> *Ibidem.*

Portugal também participou, mas mesmo assim, ainda hoje a disparidade de conceitos é uma realidade devido à inexistência de um documento escrito cujo conteúdo tenha “ *algo de sólido e consolidado* ”.<sup>70</sup>

Tudo isto para lembrar que também o Convento do Carmo de Vidigueira passou pelas vicissitudes dos restauros: foi transformado numa habitação e a igreja despojada dos seus valores, tendo ficado o conjunto totalmente irreconhecível com uma nova aparência apalaçada.

No que respeita ao interesse pela transladação dos restos mortais de Vasco da Gama, coube a iniciativa de proteger esse património fúnebre, já despojado de qualquer riqueza senão os ossos, ao abade Castro e Sousa, em 1844. Face à inércia do ministro do Reino, mais tarde, em 1871, o historiador Teixeira de Aragão vai apelar para a continuação deste projecto. Mais uma vez o assunto cai no esquecimento. Este historiador foi o comissário régio encarregado da transladação passados nove anos (!) e fez parte da Comissão da Academia das Ciências que organizou esta operação, deixando um testemunho dessa intervenção com a publicação da obra *Vasco da Gama e a Vidigueira*<sup>71</sup>.

À parte esta custosa demonstração de interesse pelo património do convento do Carmo (afinal era ali que estava sepultado o descobridor do caminho marítimo para a Índia), as atenções por parte do governo ou da Academia ficaram por aqui.

---

<sup>70</sup> De acordo com F. HENRIQUES, uma das causas de toda esta arbitrariedade é devida à “ *inexistência de um referencial minimamente adequado* ” - *ob. cit. Algumas reflexões sobre a conservação do património histórico edificado em Portugal*, Lisboa, LNEC, 1994, p. 70.

<sup>71</sup> Vide CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, pp. 143 e ss.



### 1.3. Da fundação à extinção do convento

Conforme referencia SANTANA nas suas *Crónicas dos Carmelitas*, teria havido uma aparição de Nossa Senhora no lugar denominado por *Várzea* ou *Ferrarias* antes do ano de 1480. Mais tarde, entre 1480 e 1481, no fim do reinado de D. Afonso V, foi construída nesse local uma ermida por vontade da população da vila de Vidigueira.

A administração cabia, *por alguns anos*, a um juiz e mordomos eleitos com certa regularidade pela confraria de Nossa Senhora das Relíquias (colectividade que teve a seu cargo o culto religioso), face à crescente importância que o local adquirira<sup>72</sup>. João Afonso, João Vaz e Rui Fernandes eram os moradores de uma pequena habitação chamada *Casa de Santa Maria das Relíquias*, anexa à ermida<sup>73</sup>.

No entanto, como o local necessitava de uma assistência mais contínua, os mesmos mordomos chamaram em 1493, alguns religiosos oriundos do convento carmelita de Moura, entre eles Frei Rodrigo de Beja, aos quais só era fornecido alimento, continuando eles com a posse e administração das rendas da ermida<sup>74</sup>. Foi então que o provincial carmelita, empenhado na difusão da ordem que professava, viu uma boa oportunidade e ocasião para ali fundar mais um convento, já que os mordomos também o desejavam.

Dispondo de todos os meios ao seu alcance, inclusive a mercê da Infanta D. Brites, mãe do rei D. Manuel, que entregou sem demora um alvará d'El Rei em que tudo concedia àquela comunidade no sentido de estabelecer "(...) o dito mosteiro, com todas as cousas que lhe pertencem"<sup>75</sup>, passado em Montemor a 7 de Janeiro de 1496<sup>76</sup>. Contudo, a data oficial da fundação é a de 1 de Fevereiro do mesmo ano. Até à construção definitiva do convento a comunidade carmelita "(...) instalou-se provisoriamente num dormitório improvisado junto à ermida(...)"<sup>77</sup>. À partida, houveram doações por parte de:

<sup>72</sup> Ob. cit. SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo II, p. 317.

<sup>73</sup> Vide CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, 1994, pp. 187 e 188.

<sup>74</sup> Cf. SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo II, p. 318.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem*, referente ao Alvará de D. Manuel, Montemor, 7 de Janeiro de 1496.

<sup>76</sup> Segundo uma reflexão dos carmelitas "(...) e no dito Alvará lemos, que quando a sua primeira Ermida nos foy doada para fundarmos o Convento, já se chamava Casa de Santa MARIA das Reliquias. E posto que ElRey mandou a Braz Luiz, que ao Provincial entregasse o Mosteiro, quiz dizer, que tambem lhe dèsse posse do pequeno dormitorio, e officinas, que a dita Confraria fizera erigir para principio do desejado Convento(...)", vide SANTANA - *Crónica dos Carmelitas*, tomo II, p. 320. V. também anexo III do mesmo livro: "Alvará delRey D. Manoel para possuirmos a Ermida das Reliquias".

<sup>77</sup> Ob. cit. SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo II, p. 318.



- Pedro Afonso e Margarida Fernandes, moradores no monte dos Alfaiates, no ano de 1495 - a própria ermida, o pequeno dormitório e os terrenos onde tinha sido iniciada a construção do convento;
- Afonso Perdigueiro, “*por hum Cumpromisso, e Cedula*”<sup>78</sup>, em 24 de Setembro de 1495, - terreno contíguo ao da ermida;

Durante quatro anos, enquanto decorriam as obras do convento, foi conservada a ermida original a cargo do Padre Mestre Fr. Jerónimo de Santa Maria. A partir de 1505, ano em que entrou como provincial o Padre Fr. João de Santa Ana, o mesmo ordenou a construção de uma igreja maior. Convém salientar o facto de que todas as despesas das obras efectuadas até aqui, estiveram a cargo exclusivo de Fr. Rodrigo de Beja que durante o seu último ano de governo “*se recolheo a Lisboa (...), [e] assistio com dinheiro prompto para as despezas sem subsidio de pessoa estranha*”, e da contribuição dos seus dois sucessores<sup>79</sup>.

Como era costume, as pessoas com importância e posses mandavam construir a suas expensas, uma capela onde pudessem abrigar o seu túmulo. Em contrapartida de tal beneficiação e a troco de mais alguns bens, por exemplo em trigo ou em azeite, exigiriam ao convento os respectivos serviços religiosos para salvação das suas almas. Em conformidade com esta prática, aconteceu que:

- D. Vasco da Gama, 1º conde da Vidigueira, instituiu uma capela e panteão (era no local da segunda igreja<sup>80</sup>) para abrigar o seu jazigo, com a autorização régia concedida por D. João III, numa carta datada de 24 de Maio de 1524. Os seus restos mortais foram ali depositados, tendo sido trasladados para a igreja (a terceira) que substituiu esta, em 1593<sup>81</sup>. Sua mulher, D. Catarina de Ataíde, legou em géneros - “*três moios de trigo anuais*”, segundo o seu testamento<sup>82</sup>;
- Numa escritura de 17 de Junho de 1533, outra capela foi instituída, no presbitério, pelos segundos condes da Vidigueira: D. Francisco da Gama e D. Guiomar de Vilhena. Nas

<sup>78</sup> *Idem*, SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo II, p. 321.

<sup>79</sup> *Ibidem*. Trata-se de Fr. Jerónimo de Santa Maria e Fr. João de Santa Ana.

<sup>80</sup> Segundo o autor de *Vidigueira e o seu Concelho*, p. 192, a referida igreja foi provavelmente construída nos inícios do século XVI.

<sup>81</sup> *Ob. cit.*, CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*. pp. 97 e 98.

<sup>82</sup> Vide ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Beja, Concelhos de Alvitto, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1943, v. II, p. 377.

cláusulas deste documento, era obrigatória a criação de um colégio de gramática, a funcionar no convento<sup>83</sup>;

- Lourenço Moreno, *idem*, construída em 1545 segundo uma escritura datada de 28 de Fevereiro de 1544<sup>84</sup>;
- Do lado do Evangelho da nova igreja (a terceira), a capela de Nossa Senhora da Conceição era destinada ao Pe. André Coutinho, conforme a sua vontade e em memória deste fundador<sup>85</sup>;
- O outro fundador da nova igreja, D. Miguel da Gama, destinou todo o espaço da capela-mor para depositar os restos mortais (que tiveram de ser trasladados) da família dos Gamas<sup>86</sup>;
- A capela situada na nave da igreja foi instituída por Brites Nunes, em 28 de Janeiro de 1608<sup>87</sup>;
- Mais tarde, em 1666, uma capela do lado da Epístola na zona do cruzeiro foi instituída por Manuel Vaz Pato<sup>88</sup>.

Passados oitenta e oito anos, D. Miguel da Gama, neto de Vasco da Gama, ao regressar rico da Índia e contando com um donativo do Pe. André Coutinho, manda construir a terceira igreja deste convento, cujas obras terminam em Setembro de 1593<sup>89</sup>. No contrato celebrado entre o prior do convento (Fr. Tomé das Chagas) e o pedreiro que iria executar a obra (António Carvalho) estava, entre outras informações, discriminada a forma de pagamento ao referido pedreiro, na quantia de 618 mil réis<sup>90</sup>.

Pelo decreto de Maio de 1834, as ordens religiosas são extintas e celebra-se a última missa no dia 28 de Junho desse mesmo ano. Nesta altura apenas viviam dois frades no convento do Carmo o que demonstra a eficácia da legislação que foi enfraquecendo a fonte de sustento do convento. Após a celebração da última missa, procedeu-se a um inventário oficial de todos os bens móveis que seguiram, encaixotados, para o convento de Lóios e depois,

---

<sup>83</sup> *Ob. cit.*, CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, p. 192. Vide também ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, v. II, p. 377.

<sup>84</sup> *Ob. cit.*, *idem*, p. 193 e *ibidem*.

<sup>85</sup> Vide transcrição do testamento do Pe. André Coutinho em: SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo II, pp. 333 e 334.

<sup>86</sup> Cf. SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo II, p. 330.

<sup>87</sup> Cf. CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, p. 199.

<sup>88</sup> *Ob. cit.*, *idem*, p. 199. Também em SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo II, pp. 322 e 323.

<sup>89</sup> *Ob. cit.*, *idem*, p. 113.

<sup>90</sup> Vide documento anexo (I), Arquivo Distrital de Beja, fólios 62 - 68.

sabe-se lá para onde, em Lisboa<sup>91</sup>. Enquanto o convento do Carmo era votado ao abandono, durante o ano de 1840, as campas dos Gamas foram profanadas por vândalos que roubaram os valores que ainda restavam e pior que isso: dispersaram os restos mortais dessas famílias, dificultando posteriormente a classificação das ossadas de Vasco da Gama<sup>92</sup>.

Em 20 de Setembro de 1841, o imóvel e cerca foram vendidos em hasta pública a D. José Gil de Borja de Meneses e Macedo, pela quantia de três mil e trezentos reis, o qual restaurou os edifícios e reabriu a igreja ao culto, durante toda a segunda metade do século<sup>93</sup>.

A partir de 1898, a mando do proprietário de então - o Visconde da Ribeira Brava - e com o apoio financeiro do Ministério da Fazenda, o conjunto edificado é alterado e adaptado a habitação, tendo-se chamado a toda esta estrutura Quinta do Carmo. Foi então que o filho do visconde - D. Sebastião de Herédia -, "*profanou e devassou a igreja, transformando-a em adega e armazém*"<sup>94</sup>.

Mais tarde, por uma questão judicial de hipoteca, Olímpio Ramalho perdeu a Quinta do Carmo a favor da Caixa Geral de Depósitos que a levou a praça pública, tendo sido adquirida pelo Dr. Joaquim Toscano Sampaio, a 4 de Dezembro de 1932<sup>95</sup>. O monumento manteve-se a partir daí na posse da mesma família: passou para o Eng<sup>o</sup> Paes d' Almeida e actualmente pertence às herdeiras - a Sra. D. Maria Helena da Cunha Sampaio Paes d' Almeida, a Sra. D. Maria Manuela Sampaio Paes d' Almeida e a Sra. D. Maria do Carmo Sampaio Paes d' Almeida Maia e Silva. Após a Revolução do 25 de Abril, o edifício foi ocupado e retirado aos seus donos legítimos, no entanto estes conseguiram reavê-lo mais tarde, depois de ter estado votado ao abandono uma vez mais.

<sup>91</sup> Cf. ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, p. 378.

<sup>92</sup> *Ibidem*.

<sup>93</sup> *Ibidem*. Vide também CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, pp. 143 e 202.

<sup>94</sup> *Ob, cit.* CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, p. 205.

<sup>95</sup> Cf. ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, p. 379.

## 2. Análise arquitectónica

### 2.1. Situação e sítio

Sem obedecer a uma orientação preferencial como acontecia com as outras ordens mendicantes, nomeadamente a de S. Francisco cujos conventos eram em regra construídos a nascente, fora das muralhas da cidade ou vila, e a de S. Domingos, a poente, os conventos carmelitas foram implantados em terrenos doados para o seu estabelecimento, independentemente da sua localização em relação ao núcleo urbano.

Os conventos de Moura (a Noroeste) e do Carmo de Lisboa (a Oeste) encontravam-se dentro da vila ou perto das muralhas da cidade por um motivo simples: o primeiro foi fundado pelos cavaleiros da ordem de Malta, em terrenos pertencentes aos mesmos<sup>96</sup>; o segundo, pelo Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira<sup>97</sup>.

Os conventos de Santa Ana de Colares e o de N. S. das Relíquias de Vidigueira (a Este), não tiveram a oportunidade de beneficiar das benesses de fundadores tão poderosos. Foram principalmente os factores económicos que conduziram à edificação destes edifícios nas imediações da vila, não só por os terrenos periféricos estarem vagos e serem mais baratos, mas também como exemplo do regresso a uma vida evangélica na pobreza, mais de acordo com os cânones das Regras Carmelitanas: *“Podeis ter lugar em os hermos, ou onde quer que vos forem dados, pertencentes & proveitosos à observãcia de vossa Religião, segundo ao Prior & frades for visto pertencer.”*<sup>98</sup>

Teixeira de Aragão refere (segundo umas escavações realizadas em finais do século passado) a existência de um pequeno aglomerado de construções num local denominado em 1155 como *Ferrarias*, onde se localiza actualmente o Convento do Carmo: *“Em 1155, quando se tomou Beja, Moura, Serpa e outros logares, devia tambem caber em partilha aos christãos a Vidigueira, que segundo as melhores conjecturas, era povoação insignificante, junto às Ferrarias, aonde hoje existe o ex-convento dos Carmelitas, a um quarto de legua da actual villa, e nas escavações feitas durante este seculo ahi se teem encontrado alicerces de pequenos edificios.”*<sup>99</sup>.

<sup>96</sup> Cf. SANTANA, José Pereira de - *Chronica dos Carmelitas*, Lisboa, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galvam, tomo I, p.124 e ss, 1747.

<sup>97</sup> *Idem*, p. 283 e ss.

<sup>98</sup> *Ob. cit.* COELHO, Simão - *Ordem dos Carmelitas – Compêndio das Chronicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, [Lisboa], per Antonio Gonçalvez, 1572.

<sup>99</sup> *Ob. cit.* ARAGÃO, Teixeira de - *D. Vasco da Gama e a villa da Vidigueira*, Lisboa, Tip. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1871, p. 5.

Também Túlio ESPANCA confirma as origens deste convento num local denominado por *Várzea*<sup>100</sup> ou *Várzea do Zambujal*, segundo J. A. Palma CAETANO<sup>101</sup>. Deduz-se portanto, que o mesmo local tenha tido ao longo do tempo diferentes denominações.

Os Carmelitas aqui se estabeleceram devido à conjuntura de factores religiosos e físicos que se cruzaram neste local: primeiro, o fenómeno da aparição de Nossa Senhora que acabou por criar um solo místico - a região da *Várzea*. Segundo, com a construção de uma pequena ermida e a existência de algumas construções, como o dormitório e *officinas* provisórias, poderiam aproveitar os seus alicerces para aqui iniciar a construção de um convento, apesar dos poucos meios que possuíam.

Com o intuito de fundar o quarto convento carmelita, o provincial da ordem, Frei Rodrigo de Beja, verificou se o local reunia as condições físicas necessárias para a subsistência da irmandade e se constituía um *genius loci*, ou seja, um local de eleição que possuísse forças naturais e sobrenaturais idealizadas quer nas descrições do local do convento original, quer nas Sagradas Escrituras, para avançar com tal avultado empreendimento.

Aliás, essa busca de um local que reuna as condições físicas para a edificação vem desde a Antiguidade. Já Vitruvius dizia: "(...) *quando existir a certeza da comodidade do local onde se quer fundar (...) pelo conhecimento que se tem da benevolência do seu Ar, da abundância dos Frutos que crescem nas terras envolventes, e da facilidade que os Caminhos, as Ribeiras (...) podem dar para servir com todas as coisas necessárias, deve-se trabalhar nos Fundamentos (...)*"<sup>102</sup>.

Curiosamente, um dos pontos comuns encontrados na *Crónica dos Carmelitas* é de facto, a tentativa de estabelecer um paralelismo entre a localização dos quatro conventos<sup>103</sup> com o primeiro convento Carmelita (onde foi inicialmente erigida uma capela em memória da Virgem Maria no Monte Carmelo, na Palestina): "*Desta antiquíssima noticia procedeo, o dedicarem-lhe os nossos primitivos Religiosos (...) a Capella do Monte Carmelo (...). Isto*

<sup>100</sup> Segundo Túlio Espanca - *Inventário Artístico de Portugal*, "As origens da casa religiosa remontam ao aparecimento, na *Várzea* (onde actualmente se situa o convento), (...) uma imagem da Virgem, (...) correndo os anos de 1480-81.", p. 377.

<sup>101</sup> Vide CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, p. 86.

<sup>102</sup> Cf. VITRÚVIO - *Os Dez Livros de Arquitectura*, por Maria Helena RUA, Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1998, livro primeiro, cap. V, p. 19.

<sup>103</sup> Os quatro conventos Carmelitas têm pontos comuns com o "original": 1º - todos surgiram a partir de uma ermida; 2º - com excepção do de Moura (o primeiro), os restantes estão implantados em elevações, ou ao pé das mesmas p. ex., O Carmo de Lisboa: "*na descida Oriental de outro famoso monte (...) em correspondencia do monte do Castelo*"; 3º - chama-se a atenção para as condições naturais (vegetação e água), principalmente a envolvente dos conventos de Vidigueira e Colares. Vide SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomos I e II.

*executarão no mesmo lugar da visão (...). Contêm o monte principal muitos, e altos cabeços, distintos entre si com profundos vales; huns, e outros vestidos de tão aprazíveis verduras (...). Muito concorre para a louçania das arvores, e conservação das plantas odoríferas e superabundancia de rios, e multiplicidade de fontes, que liberalmente as regão por toda aquela superior, e inferior circunferencia. As aguas (...) são saborosas, e salutíferas (...). No centro do monte, em hum bosque amenissimo, chamado Sagrada Escritura Saltus Carmeli, se divisão vinte e quatro lapas, e em cada huma dellas a figura ordinaria das nossas Igrejas”<sup>104</sup>.*

Vejamos como o local escolhido (vide figs. 1, 2, 3 e 5) para construir o convento foi visto pelos carmelitas oriundos de Moura e por Frei Rodrigo de Beja: *“Na distancia de hum quarto de legoa da dita villa para a parte do Nascente ha huma dilatada varzea (...). Pelos outros rumos correm alguns montes medianos; mas de tal modo que deixão a varzea bastantemente desasombrada. O sitio he aprasivel: e pela vizinhança de hum monte mais levantado, posto em certa proporção, e figura (segundo dizem os que pessoalmente visitarão os Santos lugares da Palestina) tem notavel semelhança com o valle, ou horto de Gethsemani ao pé do monte Olivete (...)”<sup>105</sup>.*

Após a construção do convento, segundo Fr. Manuel de SÁ, um religioso que comparou as vistas de uma janela do dormitório com o referido horto<sup>106</sup>, a situação da *Varzea das Reliquias* era a transposição simbólica e mística do Monte Carmelo. No ponto seguinte (2.2.), esta similaridade é complementada com a caracterização da cerca conventual.

Depois de estabilizada a população na vila de Vidigueira no reinado de D. Afonso III<sup>107</sup>, a mesma, que era inicialmente diminuta, começou a aumentar nos tempos seguintes chegando a haver no início do século XVI, 656 fogos (*“pouco menos de tres mil pessoas”*). Os edificios religiosos existentes eram: Igreja Matriz, Igreja de S. Pedro (nova matriz), Convento dos Capuchos, Ermida de St<sup>a</sup>. Clara, Ermida de St<sup>a</sup>. Margarida, Ermida de S. Rafael, Ermida de S. Brás, Ermida de S. Sebastião e Ermida de S. Pedro.

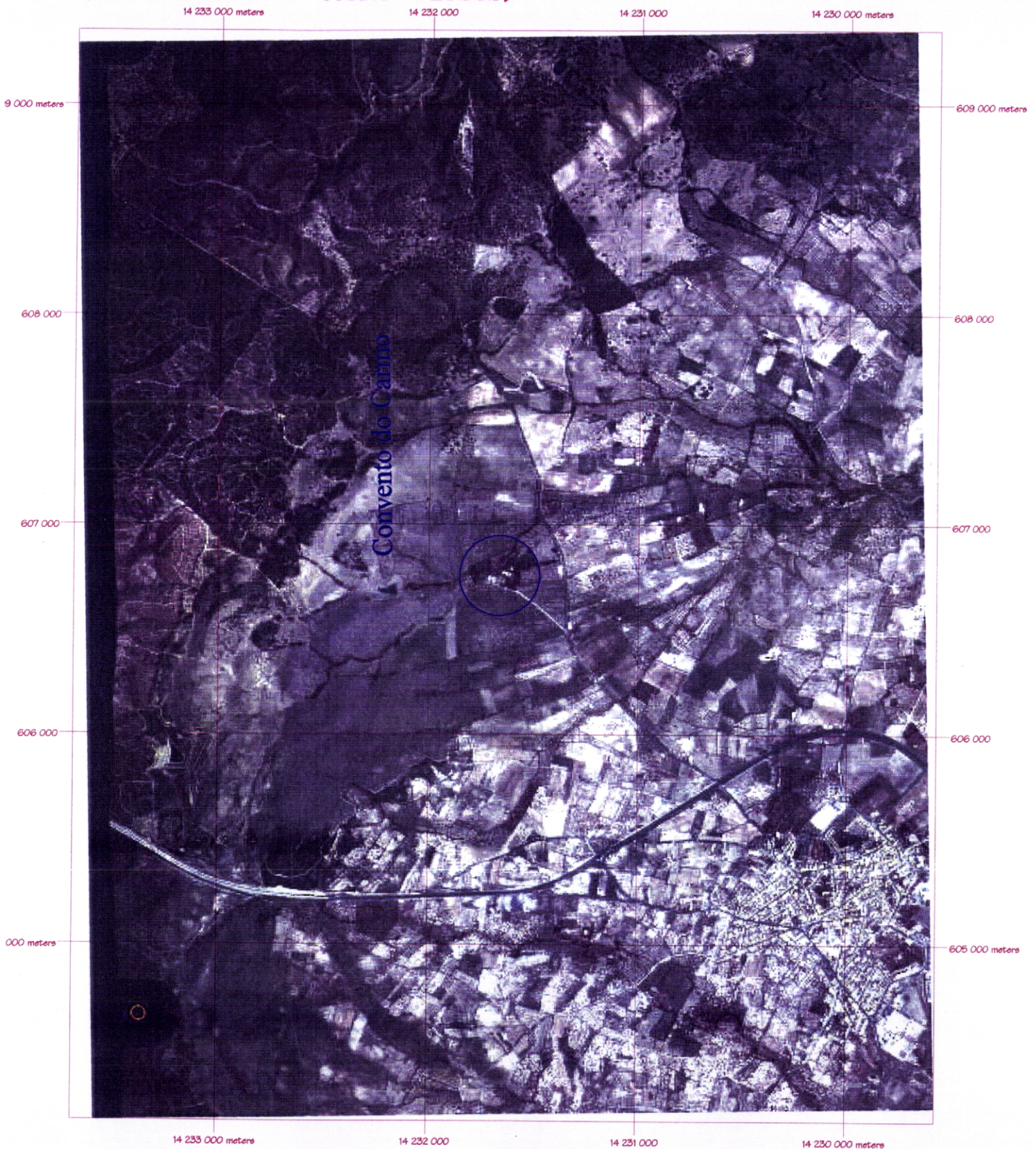
<sup>104</sup> Ob. cit. SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo I, p.29 e ss.

<sup>105</sup> Ob. cit. SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo II, p.314.

<sup>106</sup> Segundo SÁ, Manuel de - *Memórias históricas...*, 1724, cap. XIX, nº 142, sobre a observação seguinte observação: *“(...) De outra janela do mesmo dormitório considerava o Monte Olivete em hum outeyro que fica diante della com humas arvores, (...) porque huma pessoa, que tinha estado na Terra Santa, lhe affirmara tinhão estes dous montes muita semelhança, e porque a horta do Convento fica ao pé do mesmo monte, nesta se lhe representava o Horto de Gethsemani(...)”*.

<sup>107</sup> Vide *Crónica dos Carmelitas*, p. 307. A acção povoadora deste monarca manifestou-se nesta zona, mais concretamente no aumento da cidade de Beja, através da doação de terras da vila de Vidigueira ao Tesoureiro da Sé de Braga – Mestre Tomé -, para que este *“as mandasse povoar de casaes vindos da Diocese, em que residia, por ser abundante de gente menos abastada, que na Vidigueira(...),teria melhorada accomodação”*.

CONVENTO DO CARMO  
(Localização na fotografia a reia de falsa cor)  
(coordenadas UTM - escala 1/25000)

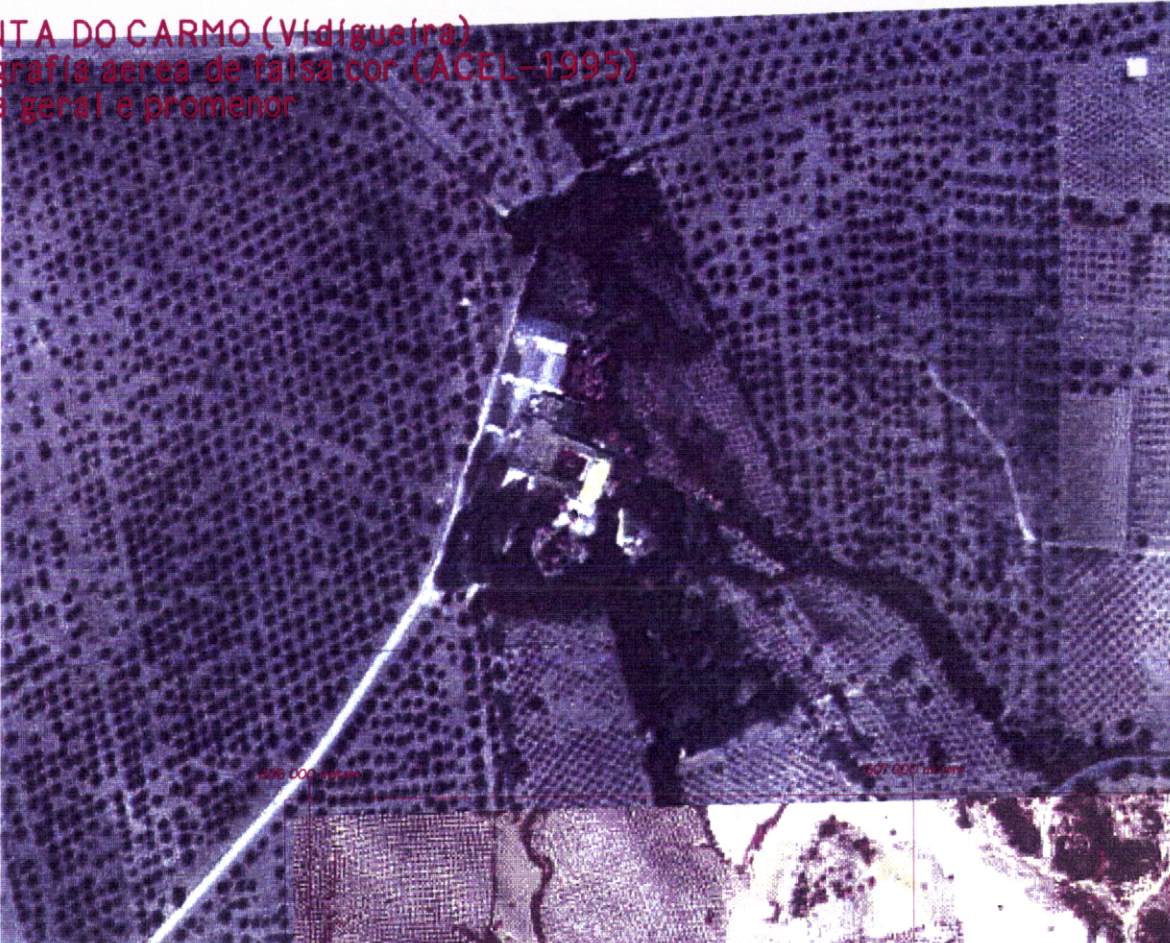


0 250 500 750 1000 meters

Nota acerca das figuras 1 e 2: para facilitar o enquadramento regional do convento do Carmo de Vidigueira, utilizou-se a fotografia aérea de falsa cor, voo ACEL 1995. As imagens foram importadas do *site* do CNIG (Centro Nacional de Informação Geográfica) e importadas para o programa do SIG TNT Mips, da Micro Images Inc. Os *rasters* RGB resultantes foram georeferenciados através da Carta Militar 1/25 000.



QUINTA DO CARMO (Vidigueira)  
Fotografia aerea de falsa cor (ACEL-1995)  
Vista geral e promenor



606 000 meters

607 000 meters

1000 meters

750

500

250

0

14 232 000 meters

14 232 000 meters

14 231 000 meters

14 231 000 meters

606 000 meters

607 000 meters



## CARTA MILITAR – Esc. 1/25.000

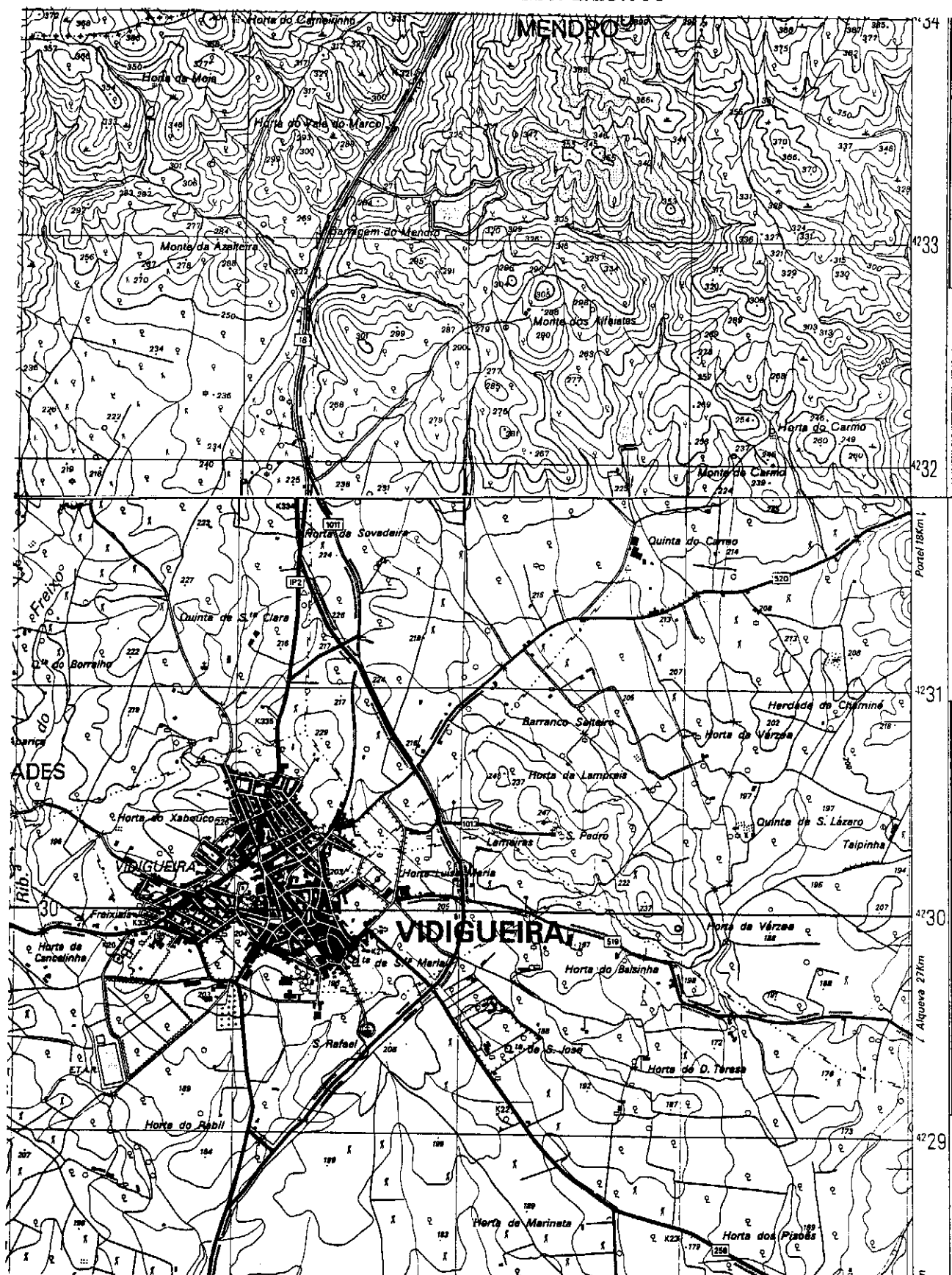


Fig. 3. Carta Militar do Concelho de Vidigueira, esc. 1/25.000

## CARTA GEOLÓGICA – Esc. 1/50.000

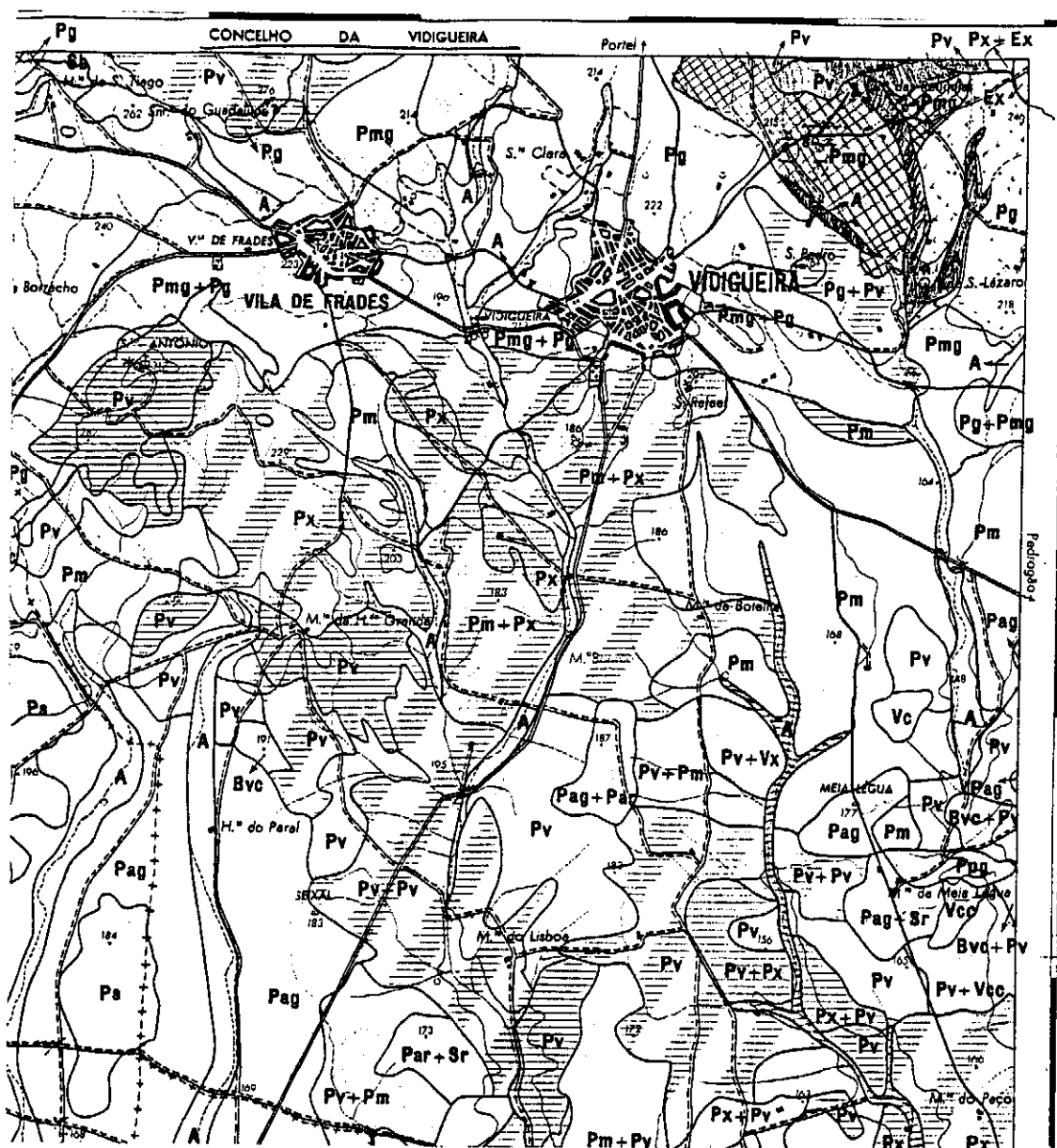


Fig. 4 – Carta geológica do Concelho de Vidigueira, esc. 1/50.000

### Legenda:

**Pv** – Solos mediterrânicos vermelhos ou amarelos de rochas cristalofílicas básicas

**Pmg** – Solos mediterrânicos pardos de quartzodioritos

**Px + Ex** – Solos mediterrânicos pardos de xistos ou grauvaques + Litosolos (solos esqueléticos) de xistos ou grauvaques

**Pg** – Solos litólicos não húmidos de granitos ou rochas afins

**A** – Aluviossolos modernos de textura mediana

A região que abrange os concelhos de Portel, Alvito, Vidigueira, Cuba e Beja é caracterizada por nela ser praticada uma agricultura extensiva dado o pouco relevo orográfico, e por um solo cuja composição denominada por “barro negro” é formado a partir da decomposição de diorites. Além do predomínio do tipo de cultura atrás referido, no vale da vila de Vidigueira (**fig. 4**) observa-se uma mancha granítica onde o terreno se encontra mais dividido devido ao tipo de cultura predominante: a vinha, a oliveira, a figueira e a laranjeira formam um oásis contrastante com a aridez envolvente<sup>108</sup>. Também a Serra de Portel constitui uma importante mancha florestal onde abunda a azinheira e o sobreiro.



**Fig. 5** - Convento do Carmo de Vidigueira visto de uma elevação (Monte do Carmo), a nascente.

Além dos factores atrás referidos, as condicionantes naturais também determinaram a escolha do local para sustentar uma comunidade carmelita a nível da alimentação, higiene, agricultura, pecuária e produção energética. Senão vejamos:

<sup>108</sup> Vide *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, AAP, 1988, v. III, pp. 6, 11 e 31.

- A orientação é a nascente, abrigada dos ventos dominantes por um conjunto de colinas a norte;
- A presença do elemento água: nas imediações, as principais linhas de água passam pelo monte do Carmo e Convento. Ainda hoje, em época estival é garantido um caudal mínimo que alimenta a cisterna do convento devido à existência de uma pequena represa. Ao longo dessas linhas de água, galerias ripícolas funcionam como uma vala porosa de máxima infiltração das águas e constituem nichos de protecção à fauna autóctone;
- Os declives que na sua maioria não ultrapassam os 6%, são suaves e em forma de “S”. Como tal, a área beneficia de forte exposição solar;
- Nas cartas de solos da região da Vidigueira, sintetizam-se vários tipos de solo:
  - **PV** - Solos mediterrânicos vermelhos ou amarelos de rochas cristalofílicas básicas;
  - **Pmg** - Solos mediterrânicos pardos de quartzodioritos;
  - **Px + Ex** - Solos mediterrânicos pardos de xistos ou grauvaques + Litossolos (solos esqueléticos) de xistos ou grauvaques;
  - **Pg** - Solos litólicos não húmidos de granitos ou rochas afins;
  - **A** - Aluviossolos modernos de textura mediana.
- Esta região plana do Baixo Alentejo, sendo uma peneplanície, faz parte da zona da Meseta Ibérica (que é o resultado da aplanagem do Maciço Antigo), constituída basicamente por granitos (Pré-Câmbrico) e xistos (Primário). Na carta geológica do Concelho de Vidigueira (fig. 4), observa-se uma predominância de:
  - Rochas cristalofílicas - *“rocha metamórfica, cristalina, com foliação”*<sup>109</sup>;
  - Quartzodioritos - diorito quartzoso;
  - Xistos - *“rocha foliácea, cuja principal característica é a sua fácil separação em lâminas mais ou menos delgadas e regulares”*<sup>110</sup>;

<sup>109</sup> Cf. definição que consta na obra de BARROS, L. Ayres de, et alii. - *Termos de Petrografia mais utilizados em Portugal*, L.N.E.C., 1971, p.5.

<sup>110</sup> *Idem*, p.6.

- Grauvaques - “arenito em que os fragmentos de rochas são em maior quantidade do que os fragmentos de feldspato e de quartzo. É normalmente uma rocha esverdeada, rica de clorite”<sup>111</sup>;
- Granitos - “rocha plutónica, ácida, granular, essencialmente constituída por quartzo, feldspatos alcalinos”<sup>112</sup> e micas.

O conjunto edificado contém na sua formação estrutural, o granito e um calcário da região, pois como seria natural, foram retiradas matérias primas das proximidades para a construção do convento; no entanto, a presença do mármore - rocha de proveniência mais longínqua, provavelmente da região de Estremoz -, vai ocupar os paramentos, lápides, colunas e outros elementos ornamentais considerados nobres.

Portanto, existia matéria prima como pedra, cal, água e madeira de azinho para realizar um empreendimento tão vultuoso como o do convento.

Actualmente a paisagem é recortada por culturas alternadas de sequeiro, que formam clareiras entre as culturas arbóreas da oliveira e da laranjeira e as culturas arvenses da vinha. Este panorama não seria muito diferente aquando da fundação do Convento dos Carmelitas: no foral de 1 de Junho de 1512 que D. Manuel concedeu à Casa de Bragança, faz-se referência à produção de pão, vinho, linho, azeite e legumes. O mesmo documento refere também a existência de um reguengo denominado *Relíquias*, portanto, pertencente ao património da coroa e arrendado mediante o pagamento de certos tributos em géneros<sup>113</sup>.

Segundo a descrição do Padre António Carvalho da Costa na sua *Chorografia Portuguesa*<sup>114</sup>, esta zona rural era vista da vila de Vidigueira a “(...) hum quarto de legoa distante o Convento de Nossa Senhora das Relíquias de Frades do Carmo, situado em huma fermoza varzea, & recosto de huma serra, que se liga com a de Portel, & banhado de huma caudalosa ribeira, que lhe entra pela cerca, fazendo muy viçosa, & aprazivel (...)”.

<sup>111</sup> Ob. cit. BARROS, L. Aires de, et alii. - *Termos de Petrografia...*, p. 16.

<sup>112</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>113</sup> Para CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*, 1994, actualmente as culturas predominantes continuam a ser “as da vinha, do trigo e da oliveira, havendo ainda frutas e hortaliças”. Sobre a existência do reguengo das Relíquias, vide pp. 87 e 175.

<sup>114</sup> COSTA, António Carvalho da - *Chorografia portuguesa*, 2ª ed., Braga, Tip. de Domingos Gonçalves Gouveia, 1868 - 69, tomo II, p.319.

Junto ao convento, a existência de um microclima diferente do ambiente envolvente é devido à presença de uma vegetação *muy viçosa* que exige um meio mais húmido, sendo alimentada pela permanente linha de água. O ciclo termina com uma maior libertação de água sob a forma de vapor dessa vegetação que envolve o edifício do convento e zonas ripícolas.

Com tais condições climáticas associadas a um solo fértil, estavam reunidas todas as condições para que os irmãos carmelitas pudessem ter a sua subsistência assegurada através da exploração das reservas de:

- Produção - definida pelas culturas desenvolvidas pelo convento. O modo de organização destas, contava com os seguintes espaços:
  - Horto (actualmente ocupado por laranjeiras);
  - Pomar de citrinos, a sul e poente;
  - Vinha, olival e trigo;
  - Criação de gado;
- Protecção - correspondente às orlas da reserva ecológica (áreas de maior declive e de maior infiltração):
  - Montado de azinho;
  - Pequena mata, orientada a nascente;
  - Zonas ripícolas.

De acordo com a *Crónica dos Carmelitas* de Frei José Pereira de SANTANA, do convento contemplava-se “(...) *huma vistosa horta vallada sobre si, de cuja cultura se segue á Comunidade regalo, e conveniencia*”<sup>115</sup>. O autor refere também a existência de muitas “*arvores de espinho*” (laranjeiras) e outras, como pinheiros, oliveiras, ciprestes, zambujeiros e “*outras arvores silvestres, conservadas para a recreação dos que debaixo das suas sombras a pretendem*”<sup>116</sup>. Por outro lado, o acesso aos bens e serviços de Vidigueira era feito através da estrada que liga a vila a Portel. O caminho para a pregação do Evangelho a uma população em crescimento estava facilitado.

Actualmente esta quinta é, simultaneamente, de exploração e recreio. Enquanto que a zona de exploração tem uma abrangência mais vasta, a zona de recreio aproveita a linha de água e desenvolve-se nos quadrantes poente - sul - nascente, abrigada dos ventos dominantes

<sup>115</sup> SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, p. 367.

<sup>116</sup> *Idem, ibidem*.

de noroeste. Na envolvente do convento existe um jardim que foi criado para embelezar e proporcionar um ambiente mais aprazível.

Este jardim, em forma de “biscoito”, possui uma exuberante vegetação exótica, oriunda de vários pontos do mundo. Existem, por exemplo, as palmeiras do género *Phoenix canaridenses*, e a anã (*Rhapis aspera*), conjugadas com magestosas coníferas, pinheiros, cedros, etc. A nível arbustivo abundam as estrelicias (*Strelitzia reginae*), as piteiras e o buxo.

O naturalismo e o coleccionismo de espécies botânicas permitiram o desenvolvimento de grandes árvores e de toda a flora exótica - que se adaptaram ao novo meio e criaram à sua volta um microclima -, ao lado da flora endógena. Há uma revalorização da vegetação espontânea que cria condições de adaptabilidade, de um microclima, para o desenvolvimento dessa vegetação exógena. No entanto, essas condições só são possíveis graças a uma delimitação do espaço do jardim - quer em dimensões, quer geograficamente - e à proximidade e economia dos recursos aquíferos.

## 2.2. Planta e alçados

A análise dos elementos arquitectónicos - representados graficamente nas plantas obtidas através de um levantamento *in situ* -, é inerente ao conjunto edificado do século passado, cuja imagem se manteve até aos nossos dias. Contudo, uma estrutura de grande valor histórico suporta o que presentemente se observa; não sendo visível, é possível no entanto, fazer uma ideia do que poderia ter sido, através das preciosas descrições dos carmelitas nas suas *Crónicas*<sup>117</sup> e dos fólios existentes no Arquivo Distrital de Beja.

Tendo em conta o espírito construtivo da época, nomeadamente no caso da arquitectura mendicante, as construções carmelitas eram integrantes, as características tipológicas, morfológicas e programáticas tinham elementos em comum, que afinal, são as que regem toda esta arquitectura. Segundo CHICÓ, “*Sem estar presa a tradições românicas (...), a arquitectura religiosa do Sul está apta a adoptar sem relutância as novas formas*”<sup>118</sup>, Com a vinda das ordens mendicantes, os novos edifícios religiosos apresentam certa unidade, quer a nível formal, quer a nível volumétrico. Veja-se então algumas das características da arquitectura mendicante em Portugal:

<sup>117</sup> Ob. cit. SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomos I e II.

<sup>118</sup> Cf. CHICÓ, Mário - *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p. 85.



- Apesar da aludida unidade, verificava-se simultaneamente certa diversidade tipológica, ou seja, as igrejas não tinham arquétipos específicos. Esta diversidade tipológica devia-se também à lentidão das construções, pois as obras eram financiadas;
- Configuração exterior: forma paralelepípedica, de linhas direitas, singelas; cobertura de duas águas;
- As torres eram proibidas;
- Alpendre de peregrinação a partir do século XVI;
- Enquanto que a igreja (parte da nave) era para o povo, o coro estava reservado para os frades (daí um coro bastante desenvolvido);
- Para além da presença na igreja de três naves, na qual é notória a diferença de altura entre a nave e a capela-mor (que é mais baixa), também existia a igreja-salão de uma só nave, com poucas aberturas<sup>119</sup>;
- Era proibido abobadar as igrejas porque era considerada uma forma de riqueza exterior; exceptuava-se a zona da cabeceira;
- A iluminação da capela-mor poderia ser efectuada através de um óculo;
- Havia por vezes um transepto (Portugal e Itália), porque as nossas igrejas ainda têm uma ligação muito acentuada à arquitectura românica;
- As capelas eram financiadas e os frades viviam das esmolas e dos excedentes; não tinham grandes celeiros e por vezes os cereais e outros víveres eram guardados num pequeno espaço junto da cozinha;
- Decoração vegetalista ténue, grande austeridade cromática: a cor era um luxo, exuberância. Na capela-mor eram autorizadas as imagens dos patronos da ordem. As pedras de fecho dos arcos torais (em ogiva), denominadas chaves, apareciam também decoradas com motivos vegetalistas, brasões - o da ordem - e outros símbolos, como iniciais de nomes, num jogo geométrico.

Apesar da dificuldade em vislumbrar as regras arquitectónicas que regeram este conjunto edificado - *“(...) no centro do monte, (...) se divisão vinte e quatro lapas, e em cada huma dellas a figura ordinaria das nossas Igrejas. Fôrma huma Capella mauor entre duas collateraes, que a respeito da que lhes fica no meyo, são menos avultadas. Os prolongos,*

---

<sup>119</sup> “Em Perpignano as igrejas dos dominicanos e das carmelitas têm também uma só nave”, ob. cit. CHICÓ, Mário – *A Arquitectura Gótica em Portugal*, p. 84.

*tecto, e finalmente toda a fabrica he obra tosca (...)*<sup>120</sup>-, pelo que foi referido anteriormente, o método comparativo entre outros conventos construídos por esta ordem religiosa poderá permitir a obtenção de um modelo básico para a construção destes edifícios. Seria, no entanto, um tema interessante a desenvolver numa outra tese, distinto do tema desta dissertação que, não esqueçamos, incide sobre a intervenção efectuada no século XIX.

Num primeiro ensaio, como que numa tentativa de se chegar a uma tipologia definida para esta ordem religiosa, foi elaborado um quadro comparativo (vide anexos XII e XIII) com os quatro conventos carmelitas do reino de então – Moura, Lisboa, Colares e Vidigueira -, tendo-se perfilado as seguintes linhas gerais:

- A implantação da igreja e convento é feita preferencialmente em locais de altitude elevada - o Monte Carmelo surge como uma grande referência;
- Aquando da construção da igreja, há o aproveitamento, a absorção, de uma capela ou ermida;
- Nas proporções e número de capelas colaterais da capela-mor não há homogeneidade (mas a de Lisboa é a que mais se aproxima do modelo da arquitectura mendicante, ou seja, com capelas colaterais escalonadas, com tramos rectos e topos poligonais, aliás como na igreja do Monte Carmelo, que tinha duas capelas colaterais escalonadas); são, no entanto, bem desenvolvidas em relação ao corpo da igreja;
- O cruzeiro é rematado por duas capelas. A planta e corte transversal da igreja corresponde à típica tipologia da arquitectura mendicante: três naves, com a principal mais alta em relação às outras duas laterais – é o caso das duas primeiras igrejas; contudo, numa época posterior, nas igrejas de Colares e Vidigueira, as tipologias diferem da inicial, ou seja, conta-se apenas uma única nave;
- Em todas as igrejas existia um coro alto;
- Idem, quanto à existência de uma ou, no caso da igreja de Vidigueira, duas torres;
- No edificio do convento, a organização das dependências conventuais era em “contínuo”, à volta de um claustro quadrado (o convento de Lisboa tinha dois claustros);
- Sacristia de planta rectangular ou quadrangular, abobadada;
- Sala do capítulo adjacente ao refeitório;

---

<sup>120</sup> *Ob. cit.* SANTANA, José Pereira de - *Crónica dos Carmelitas*, tomo I, p.37.

- Sob estas dependências situavam-se os dormitórios e a livraria.

Segundo o comentário de WERMERS, relativo à vitalidade da própria ordem religiosa: “(...) *durante mais de um século, o convento de Moura continuou o único que os Carmelitas possuíam em terras lusitanas (...)*”, até à intervenção do Condestável Nuno Álvares Pereira, graças ao seu poder económico. Porém, as condições em que os dois conventos seguintes foram fundados, e que são semelhantes, não foram as mesmas: apesar de terem sido realizados graças a pessoas estranhas à ordem, foram lentas e imperfeitas<sup>121</sup>.

### 2.2.1. Leitura geral do conjunto

A análise é feita com base no levantamento do edifício no seu estado actual (figs, 6 e 7), tal qual como se nos apresenta, mas a sua estrutura inicial mantém-se no essencial, como atestam as descrições na *Crónica dos Carmelitas* e o documento de 1590, sobre a execução de trabalhos “*conformen a traça e ordem que no dito Convento está*” (vide os anexos I e II, bem como as figs. 8 e 9). Na sequência da caracterização tipológica da arquitectura mendicante, mais concretamente, da concepção arquitectónica carmelita e também da conjugação dos elementos introduzidos no século passado, salientam-se os seguintes aspectos construtivos do convento e igreja:

- Espaço de grande homogeneidade estética, principalmente a nível dos alçados;
- Construção abobadada, apoiada na utilização do arco quebrado em ogiva, do arco de volta inteira e do arco abatido;
- Contraste decorativo entre elementos quinhentistas e elementos oitocentistas, a nível interior / exterior, nomeadamente na igreja e dependências conventuais, com a zona do claustro.

A nível da igreja, que é o lugar mais sagrado e constituiu, em princípio, a génese da organização espacial e geométrica do convento, podem-se considerar os seguintes espaços:

- Planta de uma única nave, de traçado cruciforme, iluminada longitudinalmente por dois óculos e transversalmente, na capela-mor, nas capelas laterais do cruzeiro (e que formam o transepto), e no coro-alto;

<sup>121</sup> Cf. WERMERS, M. - *A Ordem Carmelita e o Carmo em Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1963, p. 140.

- Capela-mor orientada a nascente e bem desenvolvida em relação ao corpo da igreja;
- Cruzeiro com transepto saliente, mais baixo que a capela-mor, e esta mais baixa que a nave; é rematado por duas capelas, chamadas “*capelas fundas*”;
- Coro alto, que ocupa toda a largura da nave, é acedido por uma escada em madeira feita no “*grosso da parede*” e que vai terminar numa das torres;
- Tectos abobadados - a capela-mor foi posteriormente coberta com caixotões quadrados, em estuque;
- Duas torres que ladeiam o alpendre existente na entrada para a igreja e que é encimado por uma varanda.

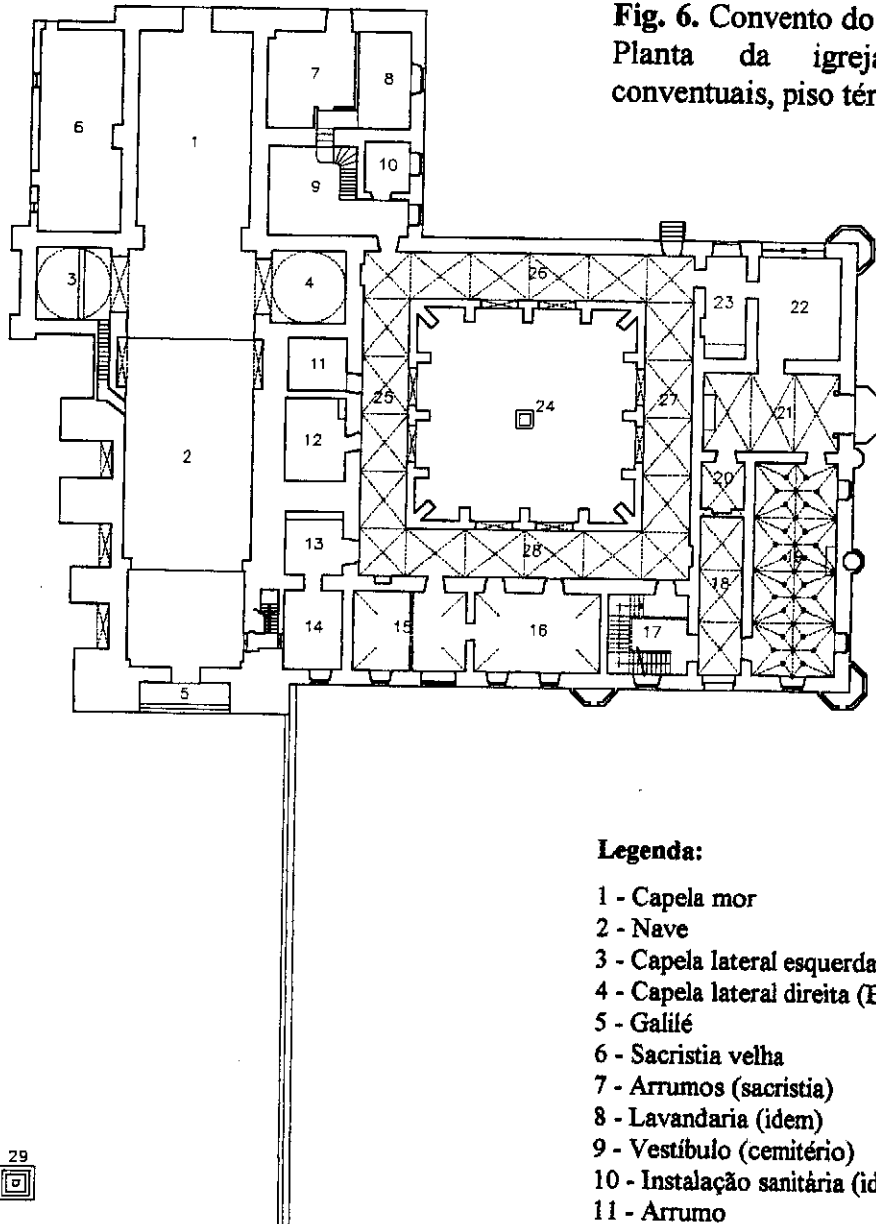
Quanto à regularidade da construção, observa-se que a igreja é um espaço que se regula por módulos e obedece a um traçado simétrico, visto sob um eixo longitudinal definido pelo centro do cruzeiro.

As dependências conventuais, com todos os tectos abobadados, organizam-se à volta do claustro quadrangular. Este espaço é reforçado por contrafortes: os “principais”, de maior altura, dispostos estrategicamente segundo uma geometria perfeitamente simétrica e os contrafortes “auxiliares”, de menor altura, mas de igual secção<sup>122</sup>. Os tectos das galerias, em abóbada de arco em ogiva, encontram-se apoiados em mísulas e no referido sistema de contrafortes.

Do ponto de vista volumétrico, poder-se-ia afirmar que os espaços vão diminuindo no sentido sul - poente - norte - nascente, ou seja, a ala sul ocupa uma maior área e é a mais importante, seguindo-se as restantes até se chegar à ala nascente, reduzida a uma galeria de circulação (a nível dos dois pisos).

<sup>122</sup> Cf. FREIRE, Maria da Conceição, GONÇALVES, Ana Amélia Nunes, ROSÁRIO, Cristina – O Convento de S. Francisco de Estremoz, Trabalho de Sistemática da Arquitectura apresentado no âmbito do Curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995/96., pp. 2 e 3. Por analogia, a estrutura dos conventos deste período segue basicamente o mesmo tipo de sistema construtivo.

**Fig. 6.** Convento do Carmo de Vidigueira.  
Planta da igreja e dependências  
conventuais, piso térreo, esc. 1/500

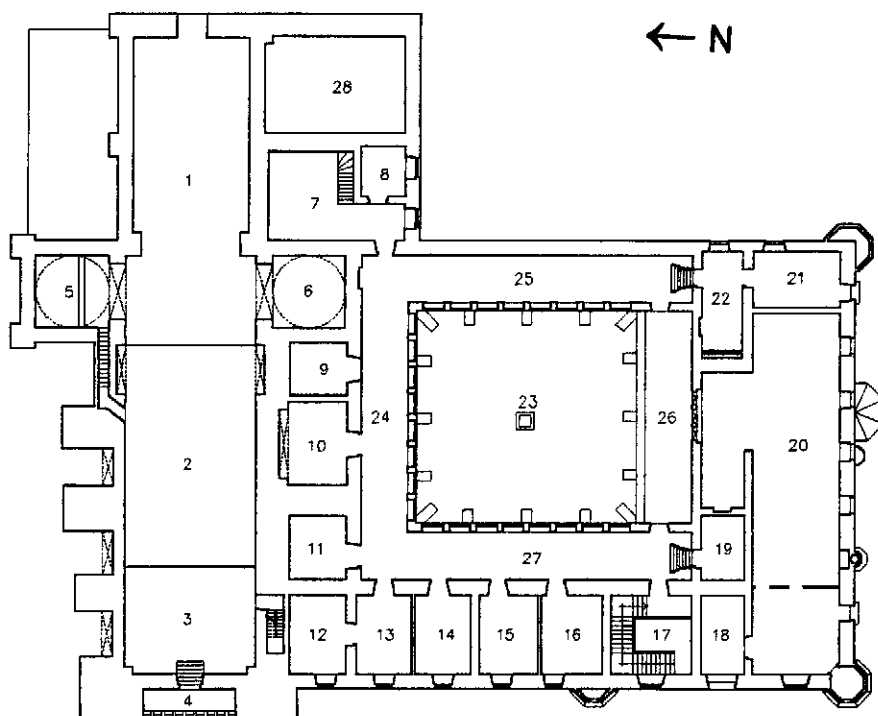


**Legenda:**

- 1 - Capela mor
- 2 - Nave
- 3 - Capela lateral esquerda (Epístola)
- 4 - Capela lateral direita (Evangelho)
- 5 - Galilé
- 6 - Sacristia velha
- 7 - Arrumos (sacristia)
- 8 - Lavandaria (idem)
- 9 - Vestíbulo (cemitério)
- 10 - Instalação sanitária (idem)
- 11 - Arrumo
- 12 - Arrumo
- 13 - Zona de passagem
- 14 - Quarto
- 15 - Sala
- 16 - Sala
- 17 - Vestíbulo
- 18 - Portaria
- 19 - Sala do capítulo
- 20 - Arrumo
- 21 - Refeitório
- 22 - Desocupado
- 23 - Cozinha
- 24 - Pátio (claustro)
- 25 - Galeria norte
- 26 - Galeria nascente
- 27 - Galeria sul
- 28 - Galeria poente
- 29 - Cruzeiro

0 5 10 15m

**Fig. 7.** Convento do Carmo de Vidigueira.  
Planta da igreja e dependências  
conventuais, segundo piso, esc. 1/500



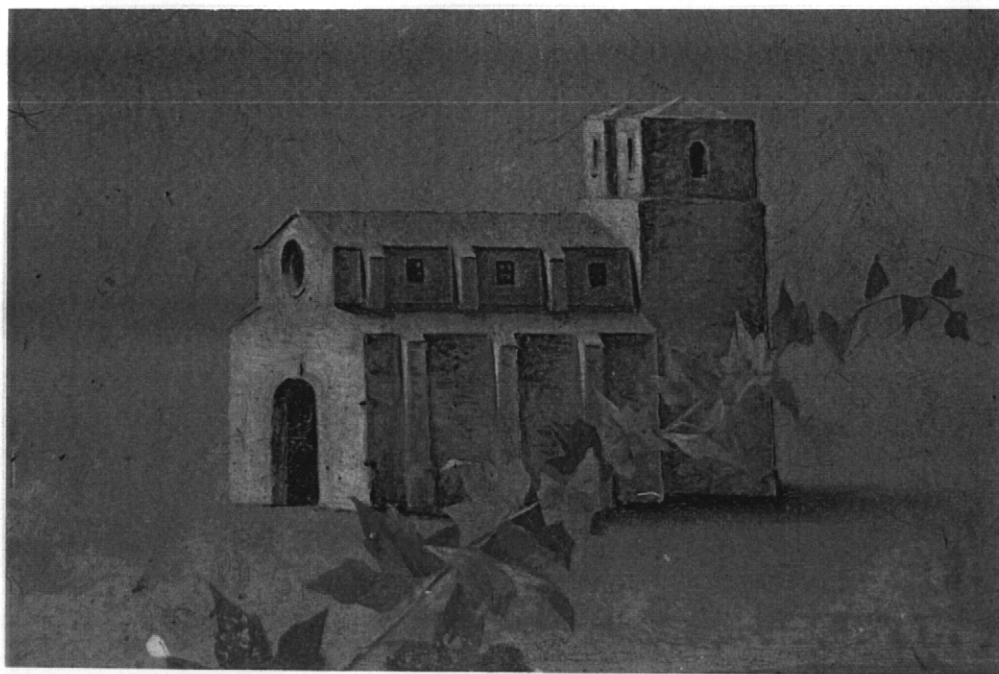
0 5 10 15m

**Legenda:**

- 1 - Capela mor
- 2 - Nave
- 3 - Coro alto
- 4 - Varanda
- 5 - Capela lateral esquerda (Epístola)
- 6 - Capela lateral direita (Evangelho)
- 7 - Espaço s/ função actual
- 8 - Instalação sanitária
- 9, 10, 11 - Arrumos
- 12 a 16 - Quartos
- 17 - Escada de acesso (vestíbulo)
- 18, 19, 20 - s/ função (antigo dormitório e biblioteca)
- 21 - Arrumos
- 22 - Arrumos
- 23 - Pátio (Claustro)
- 24 - Galeria norte
- 25 - Galeria nascente
- 26 - Galeria sul
- 27 - Galeria poente
- 28 - Vazio



**Fig. 8** - Convento do Carmo de Vidigueira. Gravura da igreja e parte do convento antes das obras em finais do século XIX, (ARAGÃO, Teixeira – *Vasco da Gama e a Vidigueira*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898).



**Fig. 9** - Convento do Carmo de Vidigueira. Imagem da suposta igreja primitiva, pintura no retábulo do altar da capela lateral direita (nave da igreja).

### 2.2.2. Espaços e sua função

O espaço da igreja que passou a ter outras funções, como salão de festas e adega, encontra-se actualmente semi-abandonado, servindo de armazém. Apesar de todas as vicissitudes por que passou e da falta de alguns elementos, tais como os púlpitos e o retábulo renascentista (fig. 10) que, segundo a descrição de SANTANA<sup>123</sup> seria - “*de architectura Dorica*” -, mantém a organização espacial original.

De um modo genérico, a igreja caracteriza-se pelo artifício dos revestimentos utilizados em todas as superfícies e elementos ornamentais, ou seja, pela sistemática simulação de materiais, aparentando todo este espaço uma construção em silharia de pedra de granito (figs. 11 a 14), bem como a presença de “elementos pétreos” utilizados na decoração dos retábulos das duas pequenas capelas laterais da nave e na capela do lado do Evangelho (figs. 12, 54, 58 e 59). Observam-se também molduras em “madeira” que continham quadros alusivos à religião e à ordem, uma riqueza de dourados aplicados pontualmente em retábulos, capitéis e molduras de janelas (fig. 12 e 54), assim como uma certa exuberância nas paredes das capelas onde a seda é imitada (fig. 59).

A zona da **cabeceira**, constituída unicamente por uma desenvolvida **capela-mor** abobadada que inclui painéis ornamentados com cruces, é também denominada por **coro baixo**<sup>124</sup>. De um único nível, com um pavimento de mosaico cerâmico semi-industrial e com uma porta de acesso directo ao exterior, é um espaço actualmente despojado de toda a riqueza que possuiu.

Antes das obras realizadas no século XIX, a capela-mor ostentava um retábulo renascentista, onde o acesso ao presbitério era feito por oito degraus e onde estavam, em nichos escavados nas paredes laterais, os túmulos da família de Vasco da Gama; o pavimento era todo em pedra. Este espaço termina num arco e pilastras de estuque, outrora em pedra assente em degraus de mármore, ladeado por dois púlpitos e fechado por grades. Actualmente as paredes conservam a pintura aplicada através da técnica “*stencil*”, a imitar o mesmo motivo estampado no tecido que forra a parede da sala do capítulo.

Nos topos do **cruzeiro** rectangular localizam-se duas **capelas laterais**, de cúpulas hemisféricas. A do lado do Evangelho (ou do Sacramento, também chamada do Padre André Coutinho) mantém o tabernáculo saliente em pedra de Montes-Claros, “*acompanhado de*

<sup>123</sup> Segundo a descrição de SANTANA, José Pereira de - *Chronica dos Carmelitas*, Lisboa, tomo II, pp. 327 a 368.

<sup>124</sup> Nas paredes norte e sul encostavam as cadeiras onde os cantores se sentavam.



*boas columnas da Ordem Corinthia*<sup>125</sup>, que antes da pintura existente no meio, emoldurava um outro retábulo em talha dourada. A capela terminava com um arco exterior em mármore de Estremoz, que foi substituído por outro, em estuque. Nesta capela, tal como na parede norte da capela-mor, segundo as *Crónicas Carmelitas* havia uma porta que comunicava com a chamada sacristia velha. A capela do lado da Epístola (ou do Senhor Jesus do Bonfim) tinha um retábulo em talha dourada que guarnecia pinturas com pilares e colunas. Antes da pintura a “*stencil*”, as paredes laterais de ambas as capelas estavam revestidas com azulejos.

O pavimento destes três espaços e por toda a nave, é do mesmo mosaico cerâmico semi-industrial que pavimenta a capela-mor. Exceptua-se uma pequena faixa situada na capela do lado do Evangelho em lajes de granito e que ainda conserva as calhas em ferro pertencentes às portas da grade, hoje colocadas num vão do antigo refeitório. Na capela do lado do Evangelho, sabe-se que o pavimento seria em ladrilho<sup>126</sup>. Quer nas descrições das *Crónicas dos Carmelitas*, quer nas do documento de 1590 (vide anexo I), a zona do cruzeiro era a zona sagrada, a qual continha sepulturas “*memoráveis*”<sup>127</sup> e o pavimento era em pedra de Vera Cruz.

A nave separava-se do cruzeiro por “*grades torneadas*”<sup>128</sup> onde hoje apenas subsistem dois balaustres em brecha vermelha. O pavimento, que continha sepulturas em pedra, algumas pequenas e toscas, seria em ladrilho. Logo a seguir às capelas laterais do cruzeiro, estão duas pequenas capelas, como que nichos, escavadas nas paredes norte e sul; curiosamente, nas *Crónicas dos Carmelitas* e no documento de 1590, refere-se que estas mesmas capelas são diferentes: a do lado direito é “*aberta no grosso da parede*”<sup>129</sup>; a do lado esquerdo, “*he funda, e de abobada*”<sup>130</sup>, sabendo-se que a primeira tinha 8 palmos de vão, enquanto que a segunda, 16 palmos. Nos nossos dias observamos duas capelas iguais, pois a “profundidade” da capela fundada por D. Brites Nunes foi reduzida em data incerta e transformou-se num arrumo com acesso pelo claustro norte. Nessa mesma parede, existiu um púlpito em pedra de Vera Cruz ou em talha dourada, acedido por uma escada aberta no interior da parede. O tecto deste amplo espaço, em abóbada de berço, foi estucado e pintado

<sup>125</sup> *Ob. cit.* SANTANA, José Pereira de - *Chronica dos Carmelitas*, p. 333.

<sup>126</sup> Vide anexo I. Previa-se que o corpo da igreja, alpendre e capelas fossem em ladrilho, com excepção do cruzeiro, que seria lajeado com pedra de Vera Cruz.

<sup>127</sup> *Ob. cit.* SANTANA, José Pereira de - *Chronica dos Carmelitas*, p. 339.

<sup>128</sup> *Idem*, p. 340.

<sup>129</sup> *Idem*, p. 341.

<sup>130</sup> *Idem, ibidem*.

com o mesmo motivo das paredes; ao centro, quatro grandes medalhões circulares ostentam as cruzes da Ordem de Malta.

Para se atingir o **coro alto**, suportado por *“huma abobada apainelada, em toda a largura da Igreja”*<sup>131</sup>, é necessário subir por uma escada de madeira situada na grossa parede que separa o convento da igreja. Segundo o documento que relata uma campanha de obras a respeito da reforma das torres, de 26 de Setembro de 1595 (vide anexo II), essa escada de acesso seria em alvenaria de pedra, com 3 palmos e meio de vão *“cobrados para subirem às torres pela parte de fora que entre do coro para riba”*. Quanto aos elementos de apoio a este espaço destinado às quotidianas orações mentais, nada resta, com excepção de uma alta balaustrada de madeira torneada que o limita. O pavimento deste espaço é também em mosaico cerâmico semi-industrial.

Um outro aspecto a referir é o ambiente produzido pela modelação da luz: a igreja é iluminada longitudinalmente por dois óculos – um, no coro-alto, que encima uma janela de sacada; o outro, na capela-mor, acrescido mais abaixo por uma grande janela tripartida. Transversalmente, a luz provém da capela-mor através de quatro janelas, e nas capelas laterais do cruzeiro (e que formam o transepto), por uma janela em cada capela. Ainda no coro-alto, falta mencionar a existência de mais outra janela, colocada na parede norte. Se hoje observamos uma forte luminosidade vinda da cabeceira e do alto coro, contrastante com a semi-obscuridade do corpo da igreja e das capelas laterais, em finais do século XVI o ambiente não seria muito diferente: [a capela-mor] *“e muito clara, por causa de quatro grandes oculos ovados, dous em cada huma das paredes”*<sup>132</sup>, *“(…) No meyo do eirado abre huma espaçosa janella para o coro alto que o faz clarissimo: e da parte superior ha hum grande oculo, pelo qual a luz se communica a toda a igreja”*<sup>133</sup> A capela lateral direita (a do lado do Evangelho) era iluminada por um zimbório.

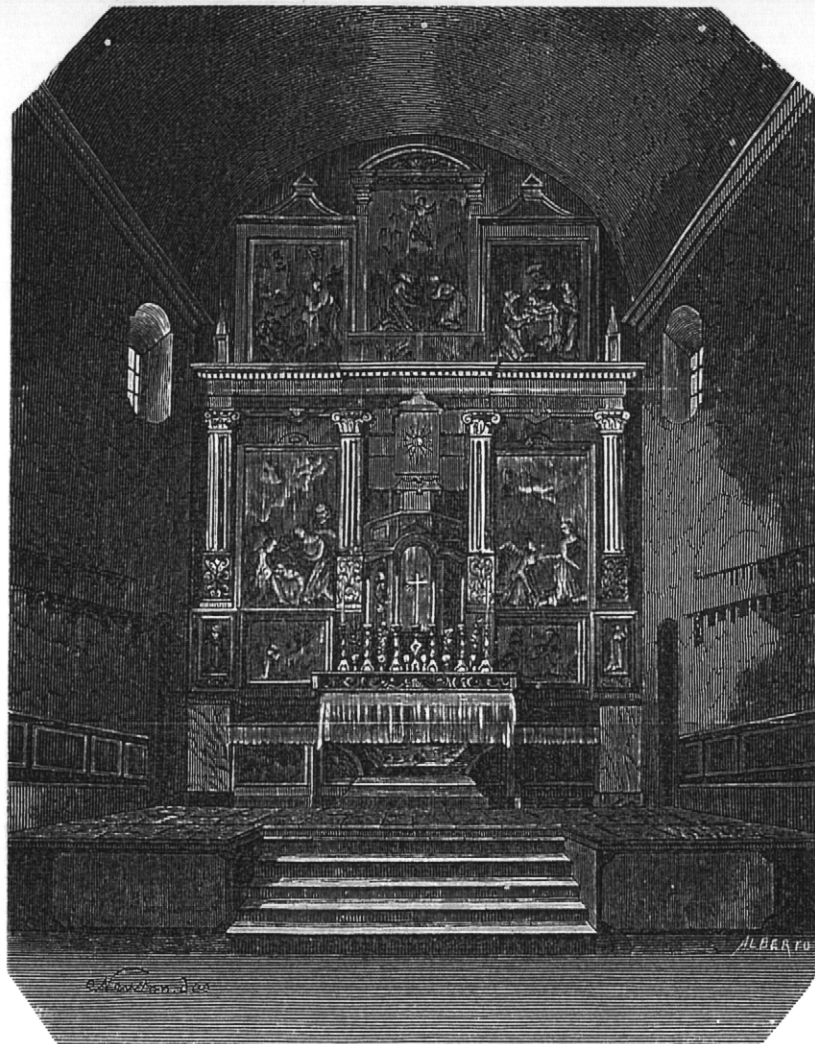
Na descrição feita por SANTANA, o autor transmite a ideia de uma igreja bastante iluminada, o que contraria a presente observação; contudo, trata-se de uma questão referencial: o que seria para a época “claro”, é hoje pouco iluminado<sup>134</sup>, talvez devido à transformação cromática que o edifício sofreu, nos finais do século passado.

<sup>131</sup> *Ob. cit.* SANTANA, José Pereira de - *Chronica dos Carmelitas*, p. 342.

<sup>132</sup> *Idem*, p. 328.

<sup>133</sup> *Idem*, p. 327.

<sup>134</sup> Na óptica da autora. Não se sabe como era feito o acabamento final no interior da igreja; tem-se conhecimento através do documento de 1590 (vide anexos I e II) que o pedreiro era obrigado a rebocar e guarnecer todo o edifício, com cornijas, cimalthas, raspados e guarnições.



**Fig. 10** – Convento do Carmo de Vidigueira. Gravura do retábulo mor renascentista (ARAGÃO, Teixeira – *Vasco da Gama e a Vidigueira*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898)



**Fig. 11** – Convento do Carmo de Vidigueira. Aspecto geral da nave e altar mor, vistos do coro alto. Repare-se na simetria do espaço e disposição das molduras (sem os respectivos quadros)



Figs. 12 e 13 →

Figs. 12, 13 e 14 – Igreja do Convento do Carmo de Vidigueira. Capela mor, cruzeiro e capelas laterais esquerdas, e coro alto, respectivamente. Note-se o contraste claro/escuro entre os espaços da capela mor e coro alto (bem iluminados) e o espaço da nave, envolvido numa penumbra



Fig. 14

O espaço conventual, adaptado a habitação, também sofreu modificações quer morfológicas, quer funcionais. A nível volumétrico, pode dizer-se que houve um aumento: as varandas existentes nas galerias do segundo piso foram fechadas, conferindo ao claustro a sensação de um espaço mais fechado em si. O que foi considerado “espaçoso” deixou de o parecer, a avaliar pelas descrições de SANTANA: “(...) se entra para hum espaçoso, e bem ideado Claustro. Cada hum dos seus lanços tem no primeiro pavimento quatro grandes arcos; e no segundo, em que correm varandas, tem oito mais estritos (...)”<sup>135</sup>. Actualmente o claustro, de planta quadrangular, com um poço ao centro, possui no piso térreo dois arcos de cada lado<sup>136</sup>, reforçados por contrafortes. As galerias mantêm ainda a atmosfera conventual, ao olharmos para os tectos abobadados, apoiados em mísulas de granito, todas com motivos diferentes, e para o pavimento em ladrilho, se bem que não seja o original. No segundo piso, o que resta da construção inicial é a varanda, pavimentada com ladrilhos quadrados.

Entrando pela portaria (fig. 15) – observa-se um espaço rectangular, com uma abóbada de cruzaria hexapartida de três tramos assente em mísulas e que foi a segunda igreja; serviu também de sala do capítulo, até ter a actual função como espaço de recepção. À direita, comunica com a sala do capítulo e o antigo refeitório; à esquerda, com o vestíbulo de planta quadrada, que dá para o claustro e que tem uma escadaria de acesso<sup>137</sup> ao segundo piso. O ambiente dos espaços descritos transmite uma certa monumentalidade: é o gosto de oitocentos que se revela a nível dos recursos materiais e estilísticos utilizados. As paredes estão pintadas com marmoreados (portaria e vestíbulo), ou revestidas de papel ou tecido (sala do capítulo e refeitório). Os tectos abobadados apresentam motivos repetidos de uma pedra de fecho no vestíbulo e nos restantes espaços vemos silharia de granito. Nos pavimentos encontram-se mosaicos cerâmicos semi-industriais na portaria e no vestíbulo, talvez por serem zonas de passagem. Foi dado um maior conforto às salas do capítulo e do refeitório com a colocação de um pavimento em madeira, quando foram transformados em salões de recepção. Na ala norte, os compartimentos existentes servem apenas de arrecadação; salienta-se porém, o compartimento central que se julga corresponder à primeira ermida, pelas características do tecto abobadado.

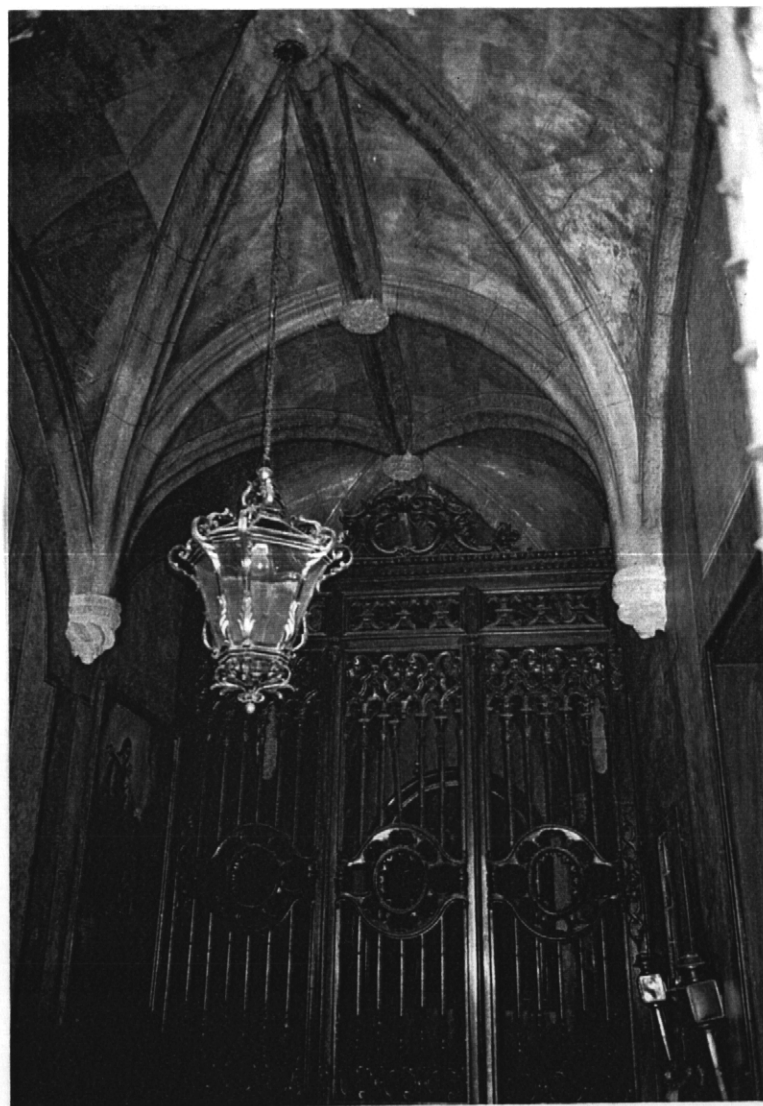
A maior parte das dependências do piso superior foram reutilizadas como quartos, embora se tenha perdido a divisão celular dos dormitórios dos carmelitas, o que ainda se pode

<sup>135</sup> *Ob. cit.* SANTANA, José Pereira de - *Chronica dos Carmelitas*, p. 362.

<sup>136</sup> Diz Túlio Espanca que alguns arcos estiveram obstruídos com canteiros... até hoje.

<sup>137</sup> Segundo Túlio Espanca, nessa escadaria foram aplicados alguns balaústres pertencentes à antiga teia do presbitério, servindo agora de apoio ao corrimão.

observar no pavimento de ladrilho da ala sul. Esta abrangia simultaneamente duas ordens de dependências: a que dava para o claustro comportava as celas; a outra, maior e com vista para a cerca, servia de livraria. Infelizmente toda esta ala foi irremediavelmente destruída aquando de umas obras de adaptação para uma segunda habitação que não chegou a ser concretizada. Tal como na ala norte (primeiro piso), existem arrecadações. Curiosamente, um dos compartimentos encontra-se entaipado por ter ocorrido um desabamento de uma abóbada, no tempo do Eng.º Joaquim Toscano Sampaio. Ao aceder-se aos forros da cobertura desta ala, descobriram-se vestígios de pinturas a fresco na parede que dá para a capela do lado da Epístola. Verificou-se, através das descrições dos carmelitas, que se tratava da capela “(...) onde os Irmãos da Veneravel Ordem Terceira daquelle Convento guardão as Sagradas Imagens dos Passos da Paixão de Christo (...)”<sup>138</sup>.



**Fig. 15** - Convento do Carmo de Vidigueira. Espaço da portaria onde foi a segunda igreja.

<sup>138</sup> *Ob. cit.* SANTANA, José Pereira de - *Chronica dos Carmelitas*, p. 366.

Para concluir esta exposição sobre o espaço e a sua função no passado e no presente, falta referir a envolvente a este conjunto, com os seus elementos activos no funcionamento interno do convento. Trata-se do **espaço exterior**, relativo à cerca conventual e que suportou o modo de vida dos carmelitas no seu dia-a-dia. Pelas descrições de SANTANA, dadas as dimensões da cerca e dos recursos que dela provinham, a vida dos carmelitas não estaria dificultada: “ (...) *por alli se entra para a Cerca, que tem notavel extensão, e he toda murada de pedra, e cal. Desde a fundação do Convento foy grande, por causa das porçoens de terra, que nos doarão os nossos já nomeados Bemfeitores (...)*”<sup>139</sup>. As características dos recursos naturais foram enumeradas no ponto 2.2. sobre o sítio; porém falta referir os elementos a ele associados: a ponte, o sistema de canais e tanques que aproveitava a água das duas ribeiras para regadio da horta e do pomar de laranjeiras, para além do sistema de esgotos provenientes do convento. Associada ao elemento água, existe uma capelinha dedicada a Sta. Luzia junto a um dos tanques de lavagem, outrora utilizados pelos carmelitas.

Em finais do século XIX, o perfil dominante do convento começa a perder impacto, face à proliferação da vegetação exótica introduzida. Tal projecto paisagístico de cariz romântico insere-se no espírito cenográfico que, com as profundas obras de beneficiação, transformaram um convento e uma igreja num palácio ameado e com torres.

A actual imagem que envolve imediatamente o convento dá-nos uma perspectiva romântica de um cenário criado no século passado. Esta influência do jardim inglês permitiu o ressurgimento da forma livre e de uma maior liberdade de volumes, o que não acontecia com a contenção de formas do jardim do século XVIII. Esta corrente romântica, tal como na arquitectura, estava ligada ao conceito paisagístico de uma concepção fantástica. A estruturação dos percursos e da biomassa, como a mata, o lago, a ribeira, a clareira e os elementos construídos - a Ermida de Santa Luzia, um pequeno pavilhão junto à cisterna (figs. 16 e 17), a ponte, nichos, bancos, muros, etc.-, obedeciam a uma traça fundamentalmente cenográfica.

<sup>139</sup> *Ob. cit.* SANTANA, José Pereira de - *Chronica dos Carmelitas*, p. 366 e ss. Os patrocinadores eram Rodrigo Afonso Perdigueiro e Pedro Afonso. Mais tarde, a Câmara de Vidigueira cede ao convento 210 varas de terreno.



**Fig. 16** - Convento do Carmo de Vidigueira. Ermida de Sta. Luzia junto aos tanques de lavagem e de rega.



**Fig. 17** - Convento do Carmo de Vidigueira. Pequeno pavilhão que se situa perto da linha de água e da cisterna, a nascente do convento.



### 2.3. Materiais e técnicas de construção

Este ponto trata de uma exposição sumária dos materiais e técnicas de construção aplicados neste conjunto edificado no que refere à sua caixa mural - a aparência das últimas intervenções e a actual -, bem como ao sistema autoportante da época da fundação, que sustenta a capa de rebocos e acrescentos, constituindo a base de toda esta estrutura conventual.

O salto para a criação de uma nova estética da arquitectura, baseada numa estrutura projectada como um esqueleto que permite o vencimento de vãos maiores e consequente abertura dos mesmos, tem origem nas experiências anteriores do período românico, mas que só nesta altura é sentida por motivos da necessidade de uma renovação e reinvento das técnicas construtivas<sup>140</sup>.

A decoração, em que era dada primordial importância às pinturas murais na arquitectura românica, é secundada por motivos desenhados pelos próprios elementos estruturais, como as mísulas e os arcos nervurados. “ *A estrutura adquire na arquitectura gótica uma dignidade estética que fora desconhecida em tempos mais remotos (...) cada bloco individual era talhado e assente na abóbada gótica - não deixando juntas desajustadas que tivessem de ser dissimuladas - sugere não só perfeita técnica artesanal (...) mas também um novo gosto e apreço pelo sistema tectónico (...)*”<sup>141</sup>.

Os materiais seriam naturalmente (até porque, quando se iniciou o convento os recursos financeiros eram fracos) os da região ou, caso não existissem, das regiões mais próximas, como foi referido no ponto 2.1.

As rochas predominantemente utilizadas nas alvenarias das paredes, contrafortes, cunhais, arcos, abóbadas, pilastras, escadas, cantarias e outros elementos arquitectónicos, eram: o granito, o xisto e o mármore. Contudo, dado o tratamento executado no século passado a nível das superfícies, muito dificilmente se observa a presença destes materiais. Na parte inferior da parede, em cunhais e nos embasamentos onde o reboco está em desagregação por se encontrar em mau estado de conservação, detectou-se a presença das três rochas atrás referidas.

<sup>140</sup> De acordo com W. KOCH, relativamente aos arcos quebrados e abóbadas de nervuras, “(...) Nenhum desses elementos foi inventado pelo gótico: no românico encontramos já abóbada de nervuras como o sistema de suportes; o arco em ogiva é de origem islâmica e era também usado no período românico, em que se conheciam já as vantagens da sua menor pressão lateral”. Vide KOCH, Wilfried - *Estilos de arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, v. I, p. 149.

Os elementos ornamentais/estruturais (talvez considerados mais nobres) é que foram deixados sem qualquer tratamento: as mísulas e pedras de fecho de toda a estrutura abobadada do claustro, portaria, sala do capítulo, refeitório, cozinha, e duas dependências da ala norte<sup>142</sup> são em granito.

O mármore está presente nalgumas peças (provavelmente as originais integradas na estrutura do convento inicial, antes das obras feitas a mando de D. Miguel da Gama e do Padre André Coutinho) que se encontram depositadas no pavimento do claustro, nomeadamente a base de uma coluna, algumas pedras de fecho e uma pedra tumular com a inscrição “CARMO”. Os trabalhos de cantaria nos vãos das portas da igreja (portal, porta travessa e do coro alto) e da dependência adossada à cabeceira da igreja, bem como os poucos degraus de pedra existentes, as pias de água benta, a fonte, o poço e o cruzeiro, também tiveram como suporte o mármore.

Só com a intervenção de D. Miguel da Gama e do Padre André Coutinho, é que se assistiu à introdução de materiais exóticos, nomeadamente a nível de pavimentos, elementos ornamentais, como a balaustrada em brecha que delimitava o arco da capela-mor, madeiras exóticas para as portas e retábulo do altar-mor oriundos de terras longínquas, graças ao poderio económico do patrocinador da família dos Gamas e à facilidade em obter esses materiais. Por exemplo, nas descrições da *Crónica dos Carmelitas*, o autor alude à aplicação de pedras vermelhas, o que coincide com a descrição das obras a executar por ordem de D. Miguel<sup>143</sup>. No mesmo documento que descreve as ditas obras, outros materiais são mencionados, tais como cal, madeira, cordas e calabres. Os materiais cerâmicos também foram aplicados sob a forma de tijolos, ladrilhos e telhas.

<sup>141</sup> Cf. SIMSON, Otto von – *A Catedral Gótica, origens da arquitectura gótica e o conceito medieval de ordem*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, p.29. O autor considera mesmo que as técnicas construtivas medievais estavam bem desenvolvidas para a época, e não o que contrariamente se pensou durante muito tempo.

<sup>142</sup> Calcula-se que, a dependência central foi a igreja inicial.

<sup>143</sup> Vide anexo I; o documento refere a aplicação de vários materiais: ladrilhos no corpo da igreja, alpendre e capelas; cruzeiro, em pedra de Vera Cruz, cal, tijolo, pedra lavrada e por lavrar, telha, madeira, cordas, calabres, etc. O calibre de linho era um cabo utilizado nas obras; era também um elemento que inspirava os “*motivos decorativos na arquitectura manuelina*” – Veja-se também RODRIGUES, Maria João Madeira, et alii – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, 2ª ed., Coimbra, Quimera Editores, 1996, p. 69. Observa-se este motivo na base de coluna em mármore, existente no claustro, e nalgumas mísulas em granito.

### 2.3.1. Fundações

Desconhece-se a morfologia das fundações, uma vez que não foram feitas sondagens. Porém, e de acordo com as técnicas construtivas da época, crê-se que as fundações existentes desde a construção do convento são contínuas, em alvenaria de pedra. Se observarmos os embasamentos que ladeiam as altas torres da igreja, não são mais que um reforço visível dessas fundações, que se vêem à superfície (v. **fig. 33**).

### 2.3.2. Pavimentos

Os pavimentos que se observam actualmente são o mosaico cerâmico semi-industrial colocado no século passado, o ladrilho de barro, de forma quadrada (com junta encontrada) ou rectangular (com junta desencontrada, em espinha), lajes de granito e mármore, algumas sob a forma de campas.

### 2.3.3. Escadas

O acesso aos espaços que se seguem é feito da seguinte forma:

- Antigos dormitórios (1º piso) – parte da escada é em alvenaria de tijolo maciço, assente na abóbada correspondente ao espaço da portaria; a outra parte é em madeira (**fig. 19**);
- Actuais quartos (1º piso) – escada em madeira;
- Coro alto e torres sineiras – escada em madeira de pinho; as escadas que vão dar aos terraços das torres são em alvenaria de tijolo maciço;
- Os degraus de acesso à igreja (adro) e de passagem entre dependências no convento (nomeadamente o compartimento adjacente à primitiva capela, na ala norte), são em mármore de Estremoz.

### 2.3.4. Paredes

Em planta anexa (v. **fig. 6**) observam-se variadas espessuras de paredes em alvenaria de pedra, conforme a importância hierárquica de cada espaço: em primeiro lugar, as paredes da igreja, em segundo, as paredes principais que formam o corpo do convento. Vê-se que a parede do topo da cabeceira tem 1.60m.

Há também uma maior largura nas paredes laterais da igreja, principalmente a parede a sul, atingindo uma espessura máxima de 3.13 m (zona em que suporta a abóbada do coro alto). Do lado norte, essa espessura não é tão significativa devida à presença de gigantes (ou contrafortes) que ajudam a suportar a carga e os esforços transversos da abóbada. À medida que se sobe de nível para o piso seguinte, esta estrutura autoportante vai diminuindo de espessura. As paredes do edifício do convento, não atingindo a altura das da igreja, variam entre os 0.90 m e 1.0 m.

Sendo autoportantes, devem assegurar em primeiro lugar a estabilidade do conjunto edificado, além de o proteger contra as águas das chuvas (estanqueidade), as variações de temperatura (isolamento térmico), e... durar muitos anos, senão séculos!

De facto, as grandes espessuras de algumas paredes, quando em perfeitas condições, evitam que a humidade absorvida pelo reboco exterior atinja a face interior e as trocas de energia entre o interior e o exterior<sup>144</sup>. Por outro lado, a “*superfície de sacrificio*”<sup>145</sup> ao proteger a fachada da acção pluvial, permite, pela sua relativa porosidade, a saída dessa água e de humidades provocadas por condensações internas<sup>146</sup>.

Os materiais de construção utilizados por excelência - até à descoberta do betão armado -, eram: pedras de diferentes dimensões, água, cal e areia, com determinada morfologia e textura (depende, principalmente, da natureza e disposição das pedras), de maneira a formar paredes maciças que são travadas por outras pedras de maior dimensão, garantindo assim a sua boa resistência. Contudo, este tipo de alvenaria, apesar de se comportar bem em relação a esforços de compressão, não suporta seguramente os restantes tipos de esforços<sup>147</sup>. Um deles é a tracção. Por isso aumentavam a espessura das paredes - como é óbvio no caso da parede sul da igreja -, colocavam tirantes (técnica mais tardia, do século XIX), ou, dentro do espírito gótico, recorriam a contrafortes, o que em qualquer das soluções, implicava um aumento do peso e força contrária, de modo a anular essa força horizontal.

<sup>144</sup> Cf. ESPADA, J. G. Carvalho - “Características e disposições construtivas de paredes correntes”, in *Paredes de edificios*, L.N.E.C., 1983, p.2.

<sup>145</sup> Denominação de F. HENRIQUES, ao considerar o reboco como uma “pele” protectora mas que, pela sua fragilidade, deverá sempre que necessite e com simples obras de manutenção, ser colmatada nas zonas afectadas, a fim de cumprir a sua função impermeabilizadora.

<sup>146</sup> Cf. ESPADA, J. G. Carvalho, *ibidem*.

<sup>147</sup> Cf. d’ EÇA, Almeida, *et alii*, “Considerações gerais”, in *Paredes de edificios*, L.N.E.C., 1983, pp. 2 e 3.

### 2.3.4.1. Alvenarias

O granito, oriundo da zona, como pode atestar a carta de solos referida no ponto 2.2., é o material de construção predominante nas paredes do conjunto edificado. É resistente ao tempo e à compressão, porém não suporta grandes esforços de tracção. Conforme o tipo de alvenaria a utilizar, assim a pedra é cortada, adquirindo as formas e dimensões adequadas. Como as paredes foram executadas aplicando a técnica da alvenaria irregular, só nos ponto de reforço estrutural, como nos cunhais, contrafortes e embasamentos, é que foi necessário aplicar pedras com um acabamento mais perfeito. De acordo com a **fig. 8** que ilustra como foi o convento antes das grandes obras de remodelação em finais do século passado, observa-se que os cunhais das torres da igreja aparentam ter pedras de cantaria, estando actualmente ocultas pela grossa argamassa. A superfície da pedra é lisa e tem um acabamento mais perfeito que nos outros trabalhos. Utiliza-se a picota e a escoda para alisar a pedra que se preparou com o picão; no entanto o tipo de superfície varia consoante o tipo de técnica utilizada. Mas, se esses cunhais fossem revestidos por reboco, a pedra utilizada seria de silharia ou enxilharia (a sua superfície também é regular mas sem os mesmos acabamentos). As peças apresentam dois únicos exemplos à vista - o embasamento da torre sineira e o cunhal da fachada principal do convento, ala poente.

Já as restantes paredes, nas poucas superfícies que são possíveis observar, apresentam uma alvenaria heterogénea constituída por granito, xisto, fragmentos de mármore e também tijolo em fiadas ou a colmatar pequenos espaços. Pode-se verificar tudo isto nas paredes do dormitório e biblioteca, na ala sul e também na parede sul da igreja (zona em que a alvenaria está à vista, sob a cobertura desta ala) . As pedras destinadas a este tipo de construção são facetadas irregularmente, de dimensão variável mas não demasiado pequenas; as de menor dimensão são destinadas ao enchimento interior da parede, aglomeradas com argamassa. As irregularidades destas pedras, trabalhadas a picão, permitem uma melhor ligação com a argamassa, devendo estar acamadas "*segundo leitos horizontais para que melhor resistam aos esforços de compressão*"<sup>148</sup>. Camadas horizontais de pedras miúda e de uma predominância de blocos grandes (dispostos tanto no sentido longitudinal como no transversal), separadas por argamassa, fazem crescer as paredes por fiadas. Nas ligações de duas paredes

<sup>148</sup> Cf SEGURADO, J. E. dos Santos - *Alvenaria, cantaria e betão*, Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 59 e 60.

duas paredes perpendiculares são colocados “*dentes*” para travamento de ambas. Diz-se que são “*indentadas*”<sup>149</sup>.

As torres octogonais que foram adossados às paredes poente e sul do convento, não desempenham qualquer função estrutural, mas sim de ordem estética; pode-se dizer até, cenográfica (figs. 20, 26 e 77). A alvenaria que materializa estas torres é muito simples: tijolo maciço e argamassa de cal e areia. Outros elementos pertencentes a este tipo de obra, como os merlões, platibandas, escadas para o cimo das torres, chaminés, foram executados em alvenaria de tijolo. Um dos aspectos a assinalar na parte II deste trabalho no ponto das patologias, é o desligamento dos referidos elementos com as paredes em alvenaria de pedra, por haver um comportamento estático diferente. Curiosamente, o tijolo utilizado nas fiadas (é o caso das paredes da ala sul e da parede sul da igreja), já não tem este tipo de comportamento, talvez por estar integrado e misturado na mesma alvenaria e por as obras terem sido feitas na mesma época, ao contrário do que aconteceu com os elementos atrás referidos.

#### 2.3.4.2. Argamassas

A sua composição resume-se a cal, areia e água. A cal a misturar é extinta, na proporção de 1:3 de areia quartzos ou siliciosa; mas na ausência desta, podia ser substituída por saibro - “*uma espécie de terra engrantada*”<sup>150</sup> - o que é visível na parede norte da igreja.

Os rebocos utilizados apresentam características diferenciadas (vide fig. 18 do cunhal): o primeiro reboco foi aplicado em várias camadas muito finas, aparentando uma maior coesão em relação ao segundo que foi aplicado de uma só vez.

#### 2.3.4.3. Acabamentos

A parede depois de rebocada pode ser revestida com azulejos (é o caso do refeitório), ou pintada com cal adicionada com um ligante hidrófugo<sup>151</sup>, ou ainda estucada, recebendo em seguida pinturas com vários pigmentos fazendo os mais diversos efeitos: desde os marmoreados aos silhares em granito. Estes aspectos estéticos estão desenvolvidos no ponto 2.5. sobre a análise formal do conjunto edificado.

<sup>149</sup> Cf COSTA, F. Pereira da - “Obras de alvenaria”, in *Enciclopédia Prática da Construção Civil*, Lisboa, Tip. Luís Marques Lda., p. 6.

<sup>150</sup> *Idem*, p. 16.

### 2.3.5. Cunhais

Apenas um é visível dentro da torre octogonal (em tijolo maciço). São construídos por blocos regulares de pedras previamente aparelhadas a picão grosso, de comprimento variável e com possíveis entalhes abertos para as melhor ligar. Assentam sobre embasamentos que não estão visíveis do exterior, com excepção dos que ladeiam as torres da igreja (v. fig. 18).

### 2.3.6. Contrafortes

Esta foi uma técnica construtiva bastante aplicada nas paredes de quaisquer edifícios que necessitassem deste apoio, mas principalmente, no processo de construção da estrutura típica da arquitectura gótica e tardo-gótica (manuelina). Através deste aumento externo da espessura das paredes, a força resultante de uma abóbada ou de uma cobertura, actua sempre dentro da secção da parede.

Dada a considerável altura e proporções da igreja, no alçado norte é visível o reforço estrutural da parede menos espessa que a sul, como foi atrás mencionado, e a presença de grandes contrafortes<sup>152</sup> (ou gigantes), ligados entre si por arcadas cegas de volta inteira ao longo de toda a nave (figs. 9 e 31), à semelhança da igreja do convento dos Lóios, em Évora. Estes reforços também estão presentes na capela do lado da Epístola e na capela-mor, mas de dimensões mais modestas e menos salientes em relação ao plano da parede.

Segundo a imagem pintada no retábulo da capela lateral direita da nave (fig. 9) e visíveis na parede sul, três contrafortes apresentam-se escalonados por um único socalco, a fim de melhorar a acção da força contrária à tracção e garantir que a resultante da força actuante seja exercida dentro da secção<sup>153</sup>. Esta medida permite fazer um aproveitamento económico dos materiais.

Os contrafortes do claustro apenas apresentam diferentes dimensões quanto à sua altura; no entanto, a função estrutural procede-se sempre da mesma forma. Além dos embasamentos dos mesmos se encontrarem interligados, a pequena altura do degrau - que estabelece uma separação entre as alas e o pátio -, “amarra” todo este conjunto de contrafortes e pilares que suportam os arcos, quase todos embebidos nas paredes que actualmente fecham mais este espaço.

<sup>151</sup> O sebo animal (borrego) era uma antiga e tradicional forma de aplicar um hidrófugo.

<sup>152</sup> Os três contrafortes de maiores dimensões que apoiam a parede da nave, assemelham-se, talvez por imitação à torre sineira, a torres de um castelo (cubelos).

### 2.3.7. Colunas e pilastras

As únicas colunas que restam em todo o convento são duas do estilo jónico, em mármore, assentes em bases do mesmo material. Encontram-se no pórtico-altar da capela do lado do Evangelho (fig. 58).

A estabilidade deste pórtico é devida ao assentamento de uma elegante, mas pesada arquitrave, com o objectivo de verticalizar a carga do frontão, já de si, triangular. “(...) o aumento das secções provoca o aumento do peso próprio, logo o momento flector e das tensões de que lhe estão associadas”<sup>154</sup>. A arquitrave trabalha à flexão, onde o esforço transversal está presente - daí a importância do seu peso e altura; caso contrário quebrar-se-ia com relativa facilidade.

Uma outra questão, ainda relativa à própria arquitrave: o seu material. Como é em pedra, é natural que surja sempre alguma fissuração. No entanto, como o vão a vencer não é significativo, mesmo que existam fendas resultantes do esforço de tracção, “(...) as vigas passavam a funcionar como arcos de três rótulas, continuando a garantir a estabilidade”<sup>155</sup>.

As pilastras não são mais do que pilares que sobressaem um pouco da parede de apoio aos arcos e que estão presentes no reforço das paredes e arcos na capela mor, capelas laterais do cruzeiro, da nave e abóbada de suporte ao coro alto (figs. 12 a 14).

### 2.3.8. Vãos: portas e janelas

De um modo geral, os vãos de portas e janelas são suportados por arcos quebrados e abatidos (estes auxiliados por sobrearcos semi circulares - arcos de ressalva), em tijolo maciço. Os vários tipos de portas e janelas tipificam-se da seguinte forma:

- Portal de arco abatido, de cantaria em mármore (porta principal da igreja; foi conservada a primitiva);
- Porta em arco abatido, também de cantaria em mármore (“porta travessa” da igreja, e duas portas no coro alto: uma na parede lateral, outra na fachada);
- Porta em cantaria rectilínea, de acesso à “sacristia velha”;

<sup>153</sup> Cf. MORAIS, António José – *Abordagem formal dos sistemas estruturais e sua conexão com a arquitectura. Proposta de um novo processo construtivo*, Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 1993, p. 75.

<sup>154</sup> *Idem*, ob. cit., p. 83.

<sup>155</sup> *Ob. cit.*, MORAIS, António José – *Abordagem formal dos sistemas estruturais e sua conexão com a arquitectura*, p. 84.



- Porta de verga circular, sem cantarias;
- Porta de verga em arco quebrado, com goteira (estilo *Early English*), sem cantarias;
- Janela geminada com arcos de volta inteira nos vãos e quebrado no contorno, sem cantarias. Entre os dois vãos mas integrado na janela, está um pequeno óculo circular (ou tímpano) encimado por uma goteira (estilo *Early English*);
- Janela de arco quebrado, sem cantarias e encimado por uma goteira (estilo *Early English*);
- Janela geminada lanceolada, com os arcos quebrados alteados, sem cantarias e de tímpano encimado por uma goteira (estilo *Early English*);
- Pequena janela lanceolada (de arco quebrado), sem cantarias com goteira (estilo *Early English*);
- Janela de sacada, de verga rectilínea, sem cantarias;
- Janela geminada, de verga rectilínea, sem cantarias e com goteira (estilo *Perpendicular*);
- Janela de verga circular, sem cantarias;
- Janela de verga em arco abatido, sem cantarias;

A maioria das portas, assim como todas as janelas, não apresentam quaisquer cantarias. As ombreiras e vergas rectas são encimadas por um arco recto ou adintelado em alvenaria de tijolo. Dada a grande espessura das paredes, quase todos estes elementos apresentam na superfície de corte do vão, ângulos talhados obliquamente (enxalços). No caso das portas e janelas em arco de volta inteira e nas de arco quebrado, é o próprio arco que suporta o peso da parede que se abate sobre o vão.

As frestas, apesar de não serem visíveis do exterior, estão presentes na parede sul, entaipadas e sob os forros da cobertura da ala norte. De forma rectangular, muito estreitas, estas frestas situam-se ao eixo do arco de reforço entre os contrafortes (arcada cega), também aqui dissimulados. A verga recta e os enxalços são em tijolo.

Os dois únicos óculos existentes são os da igreja: o da parede da capela mor, de forma circular, foi feito aquando das obras em finais do século passado; o da parede da fachada poente, teria sido quadrado na sua forma primitiva (vide fig. 8), pelo que, durante as obras atrás referidas, os cantos foram cortados, transformando-o num óculo octogonal.

### 2.3.9. Abóbadas e coberturas

Na construção de abóbadas e reforços estruturais de vãos, arco é definido como um elemento construtivo de forma geométrica curva que delimita esse mesmo vão. Neste elemento, todos os blocos de pedra ou tijolo desempenham a mesma função ao transferir de uns para outros a carga actuante, mas nem todos os arcos se comportam de maneira idêntica:

- O arco quebrado possui uma forma geométrica que dá origem a um equilíbrio directo sem tensões de tracção, ou seja, o esforço interno está contido no interior da secção do arco.
- Já no arco de volta perfeita, presente na entrada da igreja, na capela-mor, capelas laterais e colaterais, claustro, entre contrafortes na parede norte da igreja, etc., vão surgir equilíbrios indirectos. Uma das formas para anular a tensão de tracção era pô-lo a funcionar estruturalmente como um arco quebrado, através do aumento de espessura do *pé direito* ou *contraforte* e da altura da secção do arco semicircular, para que, no interior deste, a força actuante descrevesse uma ogiva.

As arcadas de volta perfeita que abrem para o claustro, com quatro tramos de lado<sup>156</sup>, são suportadas por pilares de secção quadrada, absorvidos pela parede em alvenaria de pedra. Uma vez que as paredes têm uma espessura relevante e os vãos são pequenos e intercalados perpendicularmente por contrafortes, os esforços de tracção não são significativos.

Quase todos os tectos deste conjunto edificado são em abóbada. A exemplo deste género de estrutura, podem-se identificar os seguintes tipos:

1. Abóbada de cruzaria quadripartida – no claustro, igreja primitiva e actual cozinha;
2. Abóbada de cruzaria hexapartida – na antiga portaria, sala do capítulo e refeitório;
3. Abóbada em cúpula circular, de pendentes em forma triangular, nas capelas laterais do cruzeiro;
4. Abóbada de berço – na capela-mor, nave da igreja, coro-alto e actual lavandaria;
5. Abobadilha – nas torres da igreja e torres octogonais;

<sup>156</sup> Actualmente apenas se vislumbram dois arcos em cada ala, uma vez que os restantes foram entaipados.

As nervuras, arcos torais e arcos formeiros (em tijolo maciço) dos dois primeiros tipos acima mencionados, suportam o peso da abóbada e conduzem-no para as mísulas em granito, as quais se ligam à parede a nível do plano de imposta. Os fechos ornamentais contêm motivos manuelinos. Quanto à morfologia das nervuras, encontram-se dois perfis:

1. Em faixa, biselado, de secção pentagonal, típico dos séculos XI-XII – claustro, actual cozinha e igreja primitiva;
2. Em moldura redonda, do gótico primitivo – portaria, sala do capítulo e refeitório.

O intradorso da abóbada de berço da capela-mor é revestido com painéis quadrados – tecto em caixotão. No entanto, os “caixotes” não são em madeira como seria suposto, mas sim formados por nervuras e painéis de estuque agregados ao reboco que reveste a abóbada.

Os tectos são, na sua maioria, quase todos revestidos por uma camada de reboco e pintados com cal (claustro, cozinha, igreja primitiva), ou, após o reboco, recebem uma camada de estuque finalizada com tinta a simular a silharia de granito (igreja, sala do capítulo, refeitório e portaria), ou uma abóbada de caixotões (vestíbulo).

A madeira é pouco utilizada; serve sobretudo como tecto falso das galerias do piso superior do claustro. As tábuas estão suspensas e apoiadas na estrutura de madeira e de vigotas pré esforçadas. Encontra-se também, no tecto do pequeno cubículo da caixa de escadas para as torres, um revestimento de tabuado apoiado em barrotes de madeira e numa vigota em betão pré-esforçado.

O sistema de cobertura de todo este conjunto baseia-se na colocação de telhas em canudo, emboçadas em argamassa e assentes num ripado que, por sua vez, está apoiado em traves e vigas (fig. 22). Visto o interior da cobertura da ala norte do convento, pode-se constatar o seguinte:

1. A actual cobertura está a um nível superior em relação aos níveis anteriores a esta campanha de obras do século XIX. Como se pode observar na fig. 21, ao fundo, dois pequenos pilares e um pano de tijolo apoiado no extradorso da cúpula da capela do lado da Epístola suportam a estrutura de madeira do telhado onde, para manter uma inclinação

conveniente e apoiar uma trave, se sacrificou o canto da capela<sup>157</sup>. Além disso, na parede correspondente à da dita capela, estão marcados dois níveis de encosto das águas das duas coberturas anteriores;

2. A parede sul da igreja, que ainda conserva na parte superior as caiações (veja-se o arco), bem como a parte superior da parede da capela do lado da Epístola estavam a descoberto, ou seja, ao ar livre;
3. Em suma, todo o sistema de coberturas do convento, para estar nivelado por esta ala, foi subido.

Coloca-se aqui uma hipótese sobre a evolução da progressiva ocupação do convento neste piso, que será desenvolvida na parte II, uma vez que este espaço merece maior atenção e uma proposta de recuperação.

As coberturas, de uma, duas e quatro águas, ou em terraço, têm um sistema de drenagem formado por canaletes que conduzem a água para tubos de queda (**fig. 63**). Quando não existe esse sistema, a água vai simplesmente para o chão ou para cima de outras coberturas situadas num plano mais inferior (igreja, lado orientado a sul, para o claustro).

### 2.3.10. Elementos ornamentais

Estes elementos, ao contrário do que se possa pensar, também têm a sua importância no equilíbrio estático das paredes. Eles rematam as ligações entre “o céu e a terra”, ou seja, contribuem para uma melhor estabilidade da estrutura com pormenores aparentemente frágeis. É a nível da ornamentação que se detectaram as maiores intervenções, pois quase nada resta dos séculos anteriores. Eis alguns exemplos:

**Ábaco** - parte superior que remata o capitel e baixa a tensão de contacto entre a coluna e a arquitrave (pórtico-altar, capela lateral do lado do Evangelho);

**Cachorro** - pedra saliente em relação à face da parede que poderá servir de suporte, por exemplo, a uma viga (alçado sul do convento). Um cachorro de pedra que sustenta as nervuras das abóbadas também é designado por **mísula** (claustro, sala do capítulo, refeitório, cozinha, primitiva igreja);

---

<sup>157</sup> Esta destruição foi propositada ou acidental? As preocupações dos proprietários com o património construído no século XIX incidiam mais na “estética” e no conforto da habitação, do que na preservação do que sempre existiu e resistiu.

**Cornija** - faixa horizontal em alvenaria de tijolo ou simples argamassa (até estuque, como é o caso da igreja) corrida com um molde, que acentua horizontalmente uma parede. Distinguem-se vários tipos:

- Cornija de soco - decora a parte superior da base (todo o interior da igreja, em estuque, interior da capela do convento, segundo piso, ala norte, em tijolo baixo, do tipo ladrilho, e argamassa);
- Friso de cornija - delimita os pisos, evitando a escorrência das águas pluviais (todo o exterior da igreja e convento);

**Frontão** - parte triangular ou de formas helicoidais que remata uma cobertura de duas águas (cobertura da igreja, ao lado de dois pináculos);

**Molduras com goteira**, de portas e janelas – estilo *Early English e Perpendicular* - em forma de arco quebrado ou recto, protege o vão da escorrência da água da chuva (todas as janelas de arco quebrado - vide exemplos sobre as portas e janelas);

**Pilastra** - pilar de parede, pouco saliente: Tem como funções o reforço da parede, suporte do entablamento, moldura de arco, etc. (vide atrás exemplos sobre este elemento);

**Pináculo** - remate piramidal em cantaria de pilares, contrafortes e empenas. O topo deste elemento é decorado por uma flor. É uma outra possibilidade de reforçar a direcção da força opositora à tracção, através da adição força vertical do seu peso (igreja, remate do corpo da nave, na zona de transição para a capela mor).



← Figs. 18 e 19



Convento do Carmo de Vidigueira.  
Fig. 18 - Cunhal, ala poente/sul do convento  
Fig. 19 - Convento, ala poente, escada de acesso aos antigos dormitórios e biblioteca  
Fig. 20 - Convento, ala sul, torre octogonal

Fig. 20



Hipótese de ocupação desta ala: 1ª fase - só existia o volume da capela do lado do Evangelho e as frestas estavam à vista; 2ª fase - construíram-se mais dependências (nível da cobertura mais baixo); 3ª fase - a capela do segundo piso implicou uma subida de nível.

Fig. 21 - Convento do Carmo de Vidigueira. Convento, ala norte, cobertura vista do interior

Fig. 22 - Convento do Carmo de Vidigueira. Cobertura da nave da igreja; veja-se ao fundo, metade do frontão e dois pináculos



## 2.4. Campanhas de obras e outras intervenções

Na sequência da contextualização histórica sobre os principais intervenientes na construção e para uma melhor compreensão na evolução construtiva e funcional do conjunto edificado, apresenta-se a seguinte tábua cronológica:

- **Cerca de 1480** - Construção de uma ermida para consagrar o aparecimento miraculoso da Virgem Maria. Foi de iniciativa popular;
- **1495** – Abertura dos alicerces de todo o edifício do convento, anexados à ermida e ao pequeno dormitório;

Durante quatro anos, enquanto decorriam as obras do convento, foi conservada a ermida original, a cargo do Padre Mestre Fr. Jerónimo de Santa Maria.

- **1496** - Ampliação e transformação num pequeno eremitério (nos anos que se seguiram à construção da referida ermida) que foi entregue aos carmelitas calçados de Moura e cuja conservação estava a cargo de Frei Rodrigo de Beja. A construção passou a ser denominada Convento de N<sup>ra</sup> Sra. das Relíquias;
- **1524** - Construção de uma capela e panteão, a mando de D. Vasco da Gama;

Em relação aos meios económicos e financeiros de que o convento dispunha, parte desse capital era proveniente de proventos obtidos pela venda dos excedentes agrícolas e aplicado em obras de conservação. Obtinham-se ainda outras dádivas pecuniárias através das esmolas, algumas bastante vultuosas, investidas pela nobreza, o que permitia fazer face a obras de maior envergadura. As obras de carácter fúnebre (capelas para lá colocar túmulos) eram as que tinham mais expressão<sup>158</sup>. A partir de 1505, ano em que entrou como provincial o Padre Fr. João de Santa Ana, o mesmo ordenou a construção de uma igreja maior.

---

<sup>158</sup> Segundo BARRAL i ALTET, Xavier - *Le paysage Monumental de la France au tour de l'na Mil*, s.d., texto integrado na obra de BERLIOZ, Jacques - *Monges e religiosos na Idade Média*, 1994, "Todo o senhor tem a necessidade de se afirmar por meio de um apoio material e público às igrejas", p. 111.



- 1533 - Acrescento de uma capela perpétua, no presbitério do convento, pelos condes D. Francisco da Gama e D. Guiomar de Vilhena;

Até aqui assistimos a uma série de acrescentos que se foram aglutinando em volta da dita ermida. O convento foi alterado por iniciativa religiosa, de carácter utilitarista, na medida em que deveria funcionar como casa de repouso e de cura. Pouco ou nada é destruído, havendo apenas o aproveitamento de paredes das construções já erigidas.

- 1544 - *“A primitiva capela conventual, destinada à Senhora encontrada pela pastora, foi substituída por outra de melhor arquitectura da invocação de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade, fundada por Lourenço Moreno (...)”*<sup>159</sup>.
- Fins do século XVI - Construção de raiz, de uma nova igreja, *“(...) em obra que sacrificou aquela capela mas a integrou na portaria-mor do convento”*<sup>160</sup>.

Assiste-se às primeiras demolições e substituições com a intenção de introduzir melhoramentos no conjunto que, curiosamente, incidem sempre no mesmo objecto arquitectónico. Lembremo-nos no entanto, que nesta altura as questões patrimoniais sobre conservação eram bem diferentes das actuais: conservar era dar uso a determinado edifício ou monumento.

Os conventos eram mantidos por motivos económicos e sociais, mas não com um objectivo de ordem patrimonial. A manutenção seria uma forma de conservação do património existente, como promoção do seu valor capital. Se esta ermida já não tinha capacidade para acolher os fiéis devotos, a solução seria alargá-la em termos de volume. Para tal, e com valores económicos disponíveis<sup>161</sup>, a solução poderia significar a demolição total ou parcial.

Até aos princípios do segundo quartel do século XVIII é mantida a imagem do convento e igreja<sup>162</sup>. Porém, a partir desta altura, os acrescentos e outras modificações não

<sup>159</sup> Vide ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, p. 377. Consulte-se também SANTANA, José Pereira de - *Chronica dos Carmelitas*, p. 364.

<sup>160</sup> *Idem*, p.322.

<sup>161</sup> *Idem*, p. 377. Ao que parece, D. Miguel da Gama, filho do segundo conde da Vidigueira, regressou rico do Oriente e quis dotar de alguma monumentalidade a ermida existente, transformando-a numa “grande” igreja.

<sup>162</sup> Segundo CAETANO, J. A. Palma - *Vidigueira e o seu Concelho*. p. 202.

cessam de se suceder. Segundo Túlio Espanca<sup>163</sup>, o claustro foi originariamente constituído por um só piso, até que, em data imprecisa do século XVIII, é sujeito a uma ampliação com uma galeria superior, envidraçada e apoiada em pilares emoldurados.

- 1840 - Encerramento e abandono, com a extinção das Ordens Religiosas (1834). Durante este período, as campas dos Gamas foram profanadas, perdendo-se assim a preservação de um valor histórico que poderia, quiçá, ter sido mantido incólume até aos nossos dias.
- 1841 - Melhoramentos no conjunto edificado por D. José Gil de Borba e Meneses, “ (...) o qual promoveu a reabertura ao culto da igreja(...)”<sup>164</sup>;

É bem patente o conceito utilitarista que vigorou até esta data: se esta estrutura religiosa tinha possibilidades de voltar a funcionar, então ainda servia para o fim e, com algumas obras (de poucos recursos, de preferência), a conservação do imóvel estaria assegurada.

- 1898 - A igreja e convento sofrem uma profunda transformação, “(...) imprimindo-lhe a romântica feição estilística da neo-manuelino então dominante no ambiente artístico do país (...)”, determinada pelo visconde da Ribeira Brava, em 1898-1899, e subsidiada pelo Ministério da Fazenda. Transformação da sala do capítulo em salão de recepções<sup>165</sup>.

Desconhece-se a autoria do projecto, mas a inspiração provém da arquitectura fantástica com muitos “neos” do Palácio da Pena, em Sintra (engº Eschwege), das “cenografias” neo-manuelinas introduzidas no Alentejo, por José Cinatti ( autor do desastroso restauro da ala poente dos Jerónimos) e das românticas *Ruínas Fingidas*, do Passeio Público de Évora.

Até à altura, era considerado que um edifício não se mantinha por si só e, por isso, uma forma de o conservar era dar-lhe um uso capaz. Como tal, foi adaptado a uma nova função, o que implicou alterações drásticas e irreversíveis. Esta corrente tinha correspondência com o pensamento de Viollet-le-Duc que procurava uma pureza de estilo, mesmo que fosse necessário recorrer a falsificações. O que interessava era preservar a

<sup>163</sup> Cf. ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, p. 381.

<sup>164</sup> *Idem*, p. 378.

autenticidade estética de determinado imóvel: “(...) restaurar um edifício não é preservá-lo, repará-lo ou reconstruí-lo; é restabelecê-lo num estado de perfeição que pode nunca ter existido em nenhuma época”. Contudo, este conceito de restauro não foi seguido à risca, tendo-se ficado pelos *neos* das fachadas, acrescentos e obras de transformação pouco reflectidas.

- **Década de 1920** – Assistiu-se à profanação da igreja, que passou a ser utilizada como celeiro e depósito de materiais agrícolas, enquanto que na capela-mor funcionou a adega, separada do corpo da igreja com entaipamento feito por um pano de tijolo. Na parede nascente deste espaço, foram rasgadas janelas e uma porta, o que implicou a destruição total do retábulo seiscentista, em madeira. Assistiu-se à delapidação de valores históricos, como o abandono das imagens espalhadas pelos olivais e muitas campas em mármore foram vendidas ou adaptadas a tampos de mesas de jardim!... Ainda hoje se encontra no jardim a mesa do altar, em forma de altar-túmulo<sup>166</sup>, datada do século XVIII.
- **1932** - O convento é adquirido pelo Eng<sup>o</sup> Joaquim Toscano de Sampaio<sup>167</sup>. Não se registam alterações relevantes. Após a Revolução de 25 de Abril, o edifício foi retirado aos donos (actualmente, em nome do Eng<sup>o</sup> Paes d' Almeida e Herdeiras), os quais o reaveram de novo depois de ter estado votado ao abandono. O imóvel pouco mais foi intervencionado, tendo sido apenas substituídas algumas coberturas que estavam arruinadas.

<sup>165</sup> *Ob. cit.* ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, p. 378.

<sup>166</sup> Segundo KOCH, W. – *Estilos de Arquitectura*, v. II, pp. 137-138, a partir do século XVI, o altar-túmulo tinha a forma de um sarcófago ou era mesmo constituído por um sarcófago.

<sup>167</sup> *Ob. cit.* ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, p. 379. Devido a uma questão judicial, o imóvel foi posto em hasta pública.